



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Curso de especialização gênero e diversidade na escola

MARINEZ PRATES CANTARINO



**A ESCOLA E O PROCESSO DE EXCLUSÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS:
um estudo bibliográfico**

Governador Valadares

2016

MARINEZ PRATES CANTARINO

**A ESCOLA E O PROCESSO DE EXCLUSÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS:
um estudo bibliográfico**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador@s: Dr. Frederico Viana Machado

Coorientad@r: Prof. Thiago Coacci

Governador Valadares

2016



UFMG



ATA DA DEFESA DE MONOGRAFIA NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

Aos 06 (seis) dias do mês de JUNHO de DOIS MIL E DEZESSEIS reuniu-se a banca examinadora da monografia em Especialização em Gênero e Diversidade na Escola com o título: " A ESCOLA E O PROCESSO DE EXCLUSÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: um estudo bibliográfico" de autoria de: MARINEZ PRATES CANTARINO, composta pelos professores: **Professor DR. Frederico Viana Machado (ORIENTADOR-UFMG), Profa. M^a Isabella Tymburibá Elian, Profa. M^a. Rafaela Vasconcelos Freitas.**

Procedeu-se à arguição e definiu-se:

aprovada () reprovada

Para constar, foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2016.

Banca Examinadora:

Professor DR. Frederico Viana Machado (ORIENTADOR-UFMG)

Profa. M^a Isabella Tymburibá Elian

Profa. M^a. Rafaela Vasconcelos Freitas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Hélio, pelo apoio e que soube me incentivar e (pacientemente) me acompanhar nessa jornada.

Aos meus filhos Matheus, Lucas e minhas filhas Érika e Jéssica pela paciência e compreensão nos momentos de minha ausência.

Ao Professor. Frederico Viana Machado, pela atenção e leitura cuidadosa desse trabalho. Muito obrigada pelas preciosas sugestões, que contribuíram para enriquecimento deste trabalho.

Ao Professor Thiago Coacci, que se dispôs sobre a análise dos dados da pesquisa atuando de forma importante para a organização desta pesquisa por partilhar seus conhecimentos, pelo apoio, paciência, atenção, dedicação, generosidade, incentivo e acolhimento nos momentos de angústia.

A todos/as os/as professores/as e tutores/as do Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola/UFMG, que compartilharam de seus conhecimentos com a turma.

À Universidade Federal de Minas, em particular ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, pelo oferecimento do curso, a qual contribuiu muito para o meu conhecimento.

Às Travestis e às Mulheres Transexuais e Homens Transexuais pela coragem de serem como são.

Penso que o futuro somos nós que fazemos. O futuro é a maneira pela qual nós reagimos ao que se passa, é a maneira pela qual nós transformamos em verdade um movimento, uma dúvida. Se nós queremos ser senhores de nosso futuro, devemos, fundamentalmente, levantar a questão sobre o hoje (FOUCAULT, 1994, 434).

Talvez somente a “lucidez profissional como modo de competência básica, pode reafirmar a proibição das violências e da exclusão (Perrenoud, 2007, p.149).

RESUMO

Metodologicamente, a pesquisa se sustenta na análise de fontes bibliográficas. O objetivo deste estudo foi identificar e compreender a partir da revisão bibliográfica, o processo e mecanismos que permeiam as práticas escolares e que de alguma forma podem contribuir para a exclusão das pessoas trans (travestis, homens e mulheres transexuais) da escola. A partir da análise os referenciais bibliográficos evidenciaram-se, os obstáculos e as dificuldades enfrentados pelas pessoas trans em suas trajetórias escolares. O não reconhecimento e recusa do nome social na lista de chamada e nos demais documentos da instituição; o impedimento ao uso do banheiro de acordo sua identidade de gênero, a falta de formação, docentes, gestores/as e demais profissionais da escola no trato à diversidade sexual, em particular no se refere às pessoas trans, objeto deste estudo; a falta de laicidade nas falas e práticas na escola, o preconceito, violência e a discriminação advindos de alunos/as praticados contra as pessoas trans. A escola (com suas práticas pedagógicas, seus programas, conteúdos e seu currículo) impõe ideias e modelos de um determinado grupo hegemônico e sutilmente pune as expressões de gênero e sexual na escola, induzindo a determinadas normas, comportamentos ao padrão heteronormativo. A transfobia na escola é uma problemática na trajetória das pessoas trans. Esses elementos ou eventos, de alguma forma, consistem em fatores que se constituem entraves para o acesso e permanência das pessoas trans no espaço escolar e corroboram com o processo de exclusão e expulsão dessas pessoas da instituição escolar. Portanto, o cotidiano escolar é um ambiente bastante difícil para as pessoas trans. E também, é na escola que podem emergir ações no enfrentamento ao preconceito à discriminação, ensejando possibilidades de transformação dentro e fora da escola e promoção do respeito e valorização das pessoas trans. E mais, garantir sua permanência dessas pessoas na escola.

Palavras-chaves: escola, exclusão, pessoas trans.

ABSTRACT

Methodologically, the research is based on analysis of literature sources. The objective of this study was intended to identify and understand from the literature review how and which processes and mechanisms that permeate the school daily practices that can somehow contribute to exclusion and expulsion of trans people (transvestites, men and transgender women) school. From the literature review, we identified the elements or mechanisms in school, which somehow constitute obstacles and make it difficult to stay and contribute to exclusion / expulsion of trans people of school routines. The non-recognition and rejection of social name in the call list and other documents of the institution; preventing the use of the bathroom according their gender identity and sexual, lack of training for teachers, managers / as and other school personnel in dealing with sexual diversity, particularly in relation to trans people, object of this study; the lack of secularity in the speeches and practices in school. School (with their teaching practices, programs, content and your resume) requires ideas and models of a particular hegemonic group and subtly punishes the expressions of gender and sex in school, leading to certain rules, behaviors heteronormative standard. The transphobia at school is a living issue for trans people, and is also one of the factors that contribute to exclusion and abandonment of studies of these people, which also means difficulty of access to the labor and marginalization market, whose right to education is denied. Therefore, the school routine is quite difficult for trans people environment. Also, it is at school that may emerge actions in confronting prejudice to discrimination, allowing for possibilities of transformation in and out of school and promoting respect and appreciation of trans people. Furthermore, ensure their permanence of these people at school.

Keywords: school, exclusion, trans people.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CAMINHOS DA PESQUISA	27
3	CAPÍTULO I	35
3.1	Transexualidade, afinal o que significa?	35
3.2	Travestilidade, o que é?.....	36
3.3	Transgeneridade, então o que é?.....	36
3.4	Cisgeneridade, o que é?.....	38
3.5	Gênero e Sexualidade: principais apontamentos.....	39
3.5.1	<i>Sexualidade</i>	40
3.5.2	<i>Identidade de gênero</i>	41
3.6	Homofobia, o que é?	42
3.7	E a transfobia?	42
3.8	Heteronormatividade, afinal o que é?	43
3.9	Parte 1	44
3.9.1	<i>A violência na sociedade contra as pessoas trans</i>	44
3.9.2	<i>O cotidiano escolar para as pessoas trans</i>	48
4	CAPÍTULO II.....	52
4.1	A relação do corpo docente, gestores/as e demais servidores da escola com as pessoas trans.....	52
4.2	A relação do corpo discente com as pessoas trans.....	57
4.3	Religião na escola.....	58
4.4	Uso do banheiro	61
5	(IN)CONCLUSÃO	69
6	CONCLUSÃO.....	72
	REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado para a obtenção do Título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, intitulado “*A escola e o processo de exclusão de travestis e transexuais: um estudo bibliográfico*”, tem como finalidade identificar e compreender, a partir de revisão bibliográfica, o processo e mecanismos que permeiam as práticas cotidianas escolares que de alguma forma, podem contribuir para exclusão das pessoas trans (travestis, homens e mulheres transexuais) da escola.

O preconceito, a discriminação e as violências tanto físicas quanto verbais praticadas pela escola¹ contra as pessoas trans, são obstáculos para a permanência dessas pessoas e podem contribuir para o processo de exclusão e expulsão no espaço escolar. Como aponta Prado et al (2009, p. 227) “os mais variados diagnósticos constataram forte índice de violência física e humilhação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) nas escolas, tendo como consequência a expulsão de muitos/as estudantes LGBT. Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT”. (JUNQUEIRA, 2009 a, p. 17). “Travestis e transexuais são especialmente vulneráveis à exclusão do espaço escolar, o que repercute negativamente em suas oportunidades sociais e profissionais”. (LIONÇO e DINIZ, 2009, p. 12).

“A temática da exclusão de homossexuais e das pessoas trans no ambiente escolar tem sido abordada por diversos autores no meio acadêmico, que sinalizam a urgência dos debates e ações de combate da discriminação, preconceito e violência na escola” (DE SOUZA e BERNARDO, 2014, p. 164) tais como Bento (2011), Louro (1997, 2000), Junqueira (2009, 2014), Lionço e Diniz (2009), Peres (2009), Santos (2010) entre outros.

A construção de uma escola pautada no respeito à diversidade sexual, ocorrerá com o envolvimento de toda a sociedade em cobrar do Estado ações para o enfrentamento à homofobia e transfobia presentes no espaço escolar. Desse modo, segundo Junqueira (2009 b, p. 161):

estudiosas (os) e movimentos sociais de mulheres, negros (as), indígenas, LGBT, entre outros, têm sinalizado a necessidade de gestores e sociedade refletirem mais radicalmente sobre as políticas de educação – os modelos educacionais, seus

¹ Entende-se a escola como uma instituição formada pelo corpo docente, gestores/as, servidores escolares e o corpo discente.

pressupostos, seus conteúdos, os valores que ajudam a (re)produzir e confrontarem-nas com a diversidade que, não raro, ignoram ou desvalorizam.

Para Prado et al (2009, p. 227) a homofobia e a transfobia como “violências corriqueiras estão invisibilizadas no contexto escolar, necessitando de intervenções que auxiliem gestores/as, educadores/as e demais agentes envolvidos/as na comunidade escolar a identificarem, nomearem e combaterem essa forma de violência física e simbólica”.

Esse processo acompanha a multiplicação de projetos de intervenção na escola, o fomento de “políticas públicas começaram a ser implementadas para superar esse quadro, na forma de ações como a oferta de cursos para professoras/es, a confecção de material didático, a inclusão desse tema em conferências nacionais de educação e semelhantes, entre outras iniciativas”. (MELLO et al, 2012, p.100).

O curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) nasce como uma proposta para a capacitação de docentes e demais profissionais da educação para o enfrentamento da homofobia, transfobia, racismo e sexismo. O objetivo do curso foi promover a formação de professores/as especialistas em analisar e trabalhar com a diversidade das formas de ser e existir que se abrigam nas instituições escolares. Ao longo deste curso, foram abordadas diversas formas de preconceito e discriminação, de modo a conhecer suas especificidades, como se estruturam e, conseqüentemente, como trabalhar para superá-las. Os conteúdos, os debates e os estudos oferecidos durante o curso GDE foram para promover e ampliar discussões sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais que permeiam o contexto escolar. Fez parte do esforço do curso a desconstrução e desnaturalização da “diferença” e desigualdades como “problemáticas” e, no caso de gênero e sexualidade, significa o direito de viver a feminilidade, a masculinidade e os afetos de formas diversas das hegemônicas.

Por fim, o curso GDE contribuiu para que docentes repensem a prática no trato a tantas expressões que fogem dos padrões socialmente aceitos e no enfrentamento ao preconceito e à discriminação, direcionados àquelas e àqueles que não se conformam às normas prescritas e hegemônicas, que por vezes excluem e expulsam gays, lésbicas e pessoas trans da escola.

A prática da exclusão social sempre foi uma marca na história da humanidade, onde grupos e pessoas nomeadas diferentes foram e ainda são colocadas à margem da sociedade devido ao preconceito e à discriminação. Segundo Machado (2014, p. 12) “a construção da sociedade é uma construção política” e este processo resulta na formação de “instituições sociais” que fixam determinados “modos de ser em sociedade”, excluindo, marginalizando ou

inferiorizando formas de ser e existir “diferentes” dos modelos ideais e impostos na sociedade.

A escola, como instituição social que compõe a sociedade, assim como a família, a religião, a mídia, as instituições públicas privadas, entre outras. “Portanto, desde seus primórdios, serviu e ainda serve no seu todo, ao propósito não só de prover conhecimentos, como também gerar e transmitir valores e ideias que legitimam os interesses dominantes”. (MÉSZÁROS, 2005, p.35) “Logo, os valores e as relações hierárquicas socialmente vigentes fazem parte do cotidiano escolar de tal forma que podem ser facilmente naturalizadas, ou seja, serem percebidas acriticamente, sem questionamento” (SILVÉRIO, 2014, p. 145).

Segundo Junqueira (2009b, p. 161), “é necessário perceber que, ao construir e transmitir conhecimento, a escola também fabrica sujeitos e subjetividades, pois ela reproduz padrões sociais, iníquos, perpetua concepções e valores hegemônicos, naturaliza relações autoritárias, reitera hierarquias opressivas, sanciona clivagens sociais e legitima a acumulação desigual de recursos e prestígio”.

O preconceito e a discriminação por gênero e identidade sexual são (re)produzidas em todos os espaços da sociedade, incluindo o espaço escolar. A escola para as pessoas trans pode se constituir em mais um espaço de exclusão e expulsão, já que, muitas vezes, não possibilita a afirmação da sua identidade de gênero². Para Peres (2009, p. 245) as instituições educacionais:

apresentam dificuldades no trato da orientação sexual e do gênero, mostrando-se, muitas vezes, insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais”. Desse modo, ratifica os modelos sociais de exclusão por intermédio de ações violentas (discriminação e expulsão) ou de descaso, fazendo de conta que nada está acontecendo (não escuta as denúncias da dor da discriminação).

A exclusão de alunos, alunas nomeadas como “diferentes” se constitui realidade nas instituições educacionais, pois a escola está a serviço pela manutenção do padrão heteronormativo. Conforme Bento (2011, p. 555):

a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. [...] Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão. É

² Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero. (JESUS, 2012, P. 24).

importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia.

A respeito da exclusão das travestis e transexuais na escola, o autor Miskolci (2014, p. 101) enfatiza que:

a depreciação de gays, lésbicas e, ainda mais, de travestis e transexuais se dá primeiramente por meio do policiamento de gênero. No caso das últimas identidades citadas, elas costumam enfrentar diversas práticas de discriminação. A discriminação ocorre porque a escola participa da rejeição social daqueles que vivem masculinidades (feminilidades) de formas diversas das hegemônicas, o que contribui para que travestis e transexuais sejam socialmente perseguidos e que gays e lésbicas não sejam reconhecidos como homens e mulheres verdadeiros.

A argumentação desses autores/as sobre as experiências de estigmas e exclusão vivenciadas pelas pessoas trans³, no contexto escolar é também apontado por Junqueira (2009 a. p. 25) que diz:

o quadro mais preocupante de exclusão no universo escolar refere-se as experiências vividas por pessoas trans desencadeadas pelo alto índice de humilhação, segregação; guetização e opressão as que essas pessoas são expostas. As formas de preservação da identidade física é uma questão mais incide de forma significativa nesse processo.

Entende-se que a escola funciona como instrumento na manutenção da heterossexualidade compulsória, norma hegemônica imposta pela sociedade. Essa norma naturaliza e reproduz a ideia de que há um único modelo de feminilidade e masculinidade, com nega e desconsidera outros modelos de ser mulher e ser homem. A escola como outras instituições, manterá uma vigilância sobre alunos e alunas e profissionais para que o padrão heteronormativo seja mantido. As travestis, mulheres e homens transexuais, por não conformarem aos padrões hegemônicos de comportamento de gênero estariam localizados na marginalidade, deste modo, discriminadas/os e negadas/os. Segundo Bento (2011, p. 101) “as travestis, transexuais e *gays* femininos quando, ainda na infância, desenvolvem *performances* e gostos (por exemplo, os brinquedos) identificados como impróprios para seu gênero são sistematicamente perseguidos nos ambientes escolares. Daí o índice de travestis e transexuais analfabetas ser tão elevado”.

A exclusão, seja por preconceito e discriminação contra aqueles e aquelas que fogem aos padrões heteronormativos, atinge “igualmente gays, lésbicas e bissexuais, sobretudo na

³ “Trans é o termo usado por algumas pessoas para reunir, numa só categoria, travestis, transexuais, como sujeitos que realizam um trânsito entre um gênero e outro”. (JESUS, 2012. p. 9).

medida em que sua orientação sexual seja de algum modo colocado a público no ambiente escolar (JUNQUEIRA, 2009a, p. 17). No entanto, no caso das pessoas trans, “a visibilidade de sua identidade de gênero e sexual as/os tornam mais expostas/os a atos e atitudes de preconceito, discriminação e violência. (JUNQUEIRA, 2009a, p. 25). Segundo Junqueira (2009a, p. 25) na escola, “encontram barreiras para matricularem, participarem das atividades pedagógicas, terem suas identidades respeitadas, fazerem uso das estruturas escolar (uso do banheiro, por exemplo)”. “As ações violentas, descaso, atitudes preconceituosas perpetradas contra as pessoas trans, além de dificultar o acesso e permanência na escola, pode impactar negativamente no desenvolvimento educacional e restringir suas oportunidades na vida profissional, social, política e econômica”. (PERES, 2009, p.245). O efeito perverso de todo o processo que reitera a heteronormatividade e transfobia na escola é que muitos/as desses/as “anormais”, não suportando a sensação de ser estranho em seu próprio cotidiano, acabam abandonando os estudos. (LIMA et al, 2012, p. 10).

Assim, pode-se empreender que a ausência das pessoas trans, tanto como profissionais da educação quanto como discentes, pode ter uma estreita relação com o preconceito, discriminação e violência que marcam as trajetórias escolares dessas pessoas.

A ausência das pessoas trans nas escolas públicas é uma situação evidente, a qual foi observada durante experiência como professora no ensino da disciplina Sociologia em quatro espaços educacionais em Governador Valadares. A inserção no espaço escolar como docente ocorreu 2013, após concorrer em alguns editais e ser selecionada, assumi o cargo de Professora da disciplina Sociologia, em uma escola por três meses. No mesmo ano, assumi o cargo na mesma disciplina em outra escola por um ano. No ano de 2014, em outra escola da rede estadual, assumi o mesmo cargo de 2013 e atuei por três meses. Em 2015, através de processo seletivo, assumi o cargo de supervisora do curso técnico em informática no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), ofertado no Instituto Federal de Minas Gerais, campus Governador Valadares.

Em 2014 fiz a inscrição no Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola. O curso foi ofertado pela Universidade Federal de Minas (UFMG) em parceria com o Ministério da Educação (MEC). A realização do curso possibilitou uma compreensão mais aprofundada em torno das questões sociais que demarcam a realidade escolar das pessoas trans nesse espaço. Durante o curso ocorreram várias abordagens acerca do preconceito, discriminação, transfobia presentes na escola; mas, que são invisibilizadas e ainda tratadas como naturais por docentes, gestores/as, demais servidores da escola e discentes. Essas situações têm implicações severas na vivência escolar de algumas pessoas e segmentos. E, de

modo particular, o segmento Lésbicas, Gays, Bissexual, Travestis, Transexual - LGBT. Dentro dessa população, as pessoas trans se compreendem como um grupo que tem dificuldade de inserção e permanência nas instituições educacionais. Segundo Cardoso e Freitas (2015, p. 6):

dentro de toda diversidade que representa as experiências LGBT, é na população de travestis e transexuais que encontraremos mais vulnerabilidade e negação de direitos. Travestis, homens e mulheres transexuais ao se identificarem psicologicamente e socialmente com uma performance feminina/masculina diferente daquela esperada e acordo com o sexo designado ao nascimento acabam estabelecendo um litígio com a própria estrutura social ao tencionar as normas de gênero. Denunciam com seus corpos, seus gestos, sua incongruência ao se estabelecerem em novos corpos, a insuficiência dos nossos modelos de educação e ensino. Pela própria lógica do preconceito acabam sendo expulsas da escola ou impossibilitadas de continuar a educação formal e, por conseguinte, tendo as possibilidades de trabalho formais bastantes reduzidas.

Compreende-se que dentro da diversidade sexual e de gênero, as pessoas trans, são vítimas de preconceitos e discriminações nos espaços escolares, por não se conformarem com os parâmetros da heteronormatividade. Uma vez declarada a travestilidade e a transexualidade, torna-se muito mais difícil a aceitação pela escola, em razão da dificuldade em escondê-la. Na escola serão estigmatizados/as e vitimizados/as por piadas, chacotas, insultos, agressões físicas e verbais. Deste modo, a permanência na escola poderá ser inviável.

O problema inicial desta pesquisa se deu a partir da ausência das pessoas trans no contexto escolar, observada durante a minha experiência como professora da disciplina Sociologia em quatro espaços educacionais formais. A primeira questão colocada e também elencada na imagem na capa de trabalho: “Cadê as trans que deveriam estar na escola?” “Onde estão”?

A partir desta questão, buscou-se entender o fenômeno da exclusão das pessoas trans nos espaços escolares. Assim, através de pesquisa bibliográfica, este trabalho parte da seguinte problemática: como ocorre o processo e quais os mecanismos de exclusão de travestis, mulheres e homens transexuais da escola?

Para responder a essa questão, elencou-se os objetivos. Objetivo geral: analisar e compreender a partir do referencial bibliográfico, o processo e os mecanismos presentes na escola que podem contribuir para exclusão das pessoas trans desse espaço. E os objetivos específicos são: a) identificar as práticas dentro da escola que podem colaborar com o processo de exclusão e expulsão das pessoas trans; b) apontar as atitudes que podem favorecer a inclusão e permanência de travestis e transexuais na escolar e que contribuem para a promoção de práticas desrespeito e valorização da diversidade sexual.

A definição do tema da pesquisa surgiu através das várias atividades realizadas nos cursos. A atividade consistiu na observação e análise do cotidiano de atuação da cursista, que tinha por objetivo identificar como as práticas educacionais podem reforçar os estereótipos de gênero, e, dessa maneira, promoverem desigualdades entre homens e mulheres, inadequação e exclusão de pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos. Outra questão que contribuiu com a escolha do tema, se deu pelas observações do cotidiano de atuação como professora de Sociologia, em cinco escolas públicas, sendo três estaduais e como supervisora de curso em uma federal, ambas em Governador Valadares. Nessas instituições de ensino, as pessoas trans eram ausentes e não havia nenhum comentário ou questionamento sobre essas pessoas.

A experiência de participação na II Conferência Regional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexual, Travestis, Transexuais – LGBT, que ocorreu em 9 de setembro de 2015 em Governador Valadares, ainda foi relevante para a demarcação do tema da pesquisa. Através das observações realizadas durante a conferência aumentaram as minhas preocupações. Por diversas vezes, técnicos e ativistas enfatizaram dificuldades e obstáculos para permanência das pessoas trans na escola, tais como: as ações preconceituosas, discriminatórias praticada por docentes e demais servidores, a falta de apoio da instituição diante das demandas desse grupo, o impedimento do uso do nome social na lista de chamada, o uso do banheiro.

“Os valores e os modelos de conduta produzidos na escola e transmitidos por ela, através de docentes, gestores e discentes encarnam todos os preconceitos e discriminações, que são disseminados na sociedade” contra aquelas e aqueles que desviam dos padrões estabelecidos, produzindo as desigualdades e diferenças no espaço escolar (CARRARA et al, 2009, p. 114). A escola, que por suas injunções, proibições e práticas homofóbicas/transfóbica, racistas e sexistas não possibilita às crianças, adolescentes e jovens o afloramento de suas identidades de gênero e sexuais, levando-os/as a ações de ocultamento e repreensões de comportamentos, desejos e gestos a elas/es associados/as. (LOURO, 1997, p.21).

Ainda segundo Louro (1997, p.57), a escola é um espaço de construção das diferenças:

diferença, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entram distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização.

“A escola é uma instituição que é parte da sociedade e por isso “não está imune e isenta dos estereótipos, da diferença e das desigualdades produzidos por essa mesma sociedade”. (MISKOLCI, 2014, p. 145). A escola é, portanto, influenciada pelos modos de pensar e agir construídos pela e na sociedade, ao mesmo tempo em que os (re) produz, contribuindo no processo de marginalização de sujeitos e grupos. Ainda, assim, a identificação do cenário de discriminações e preconceitos, enxerga-se no espaço escolar as possibilidades para alteração dessa realidade.

Os relatos apresentados a seguir, demonstram a dificuldade de lidar com as diferenças, de algumas instituições sociais como escola, hospital, igrejas, entre outras.

O contato com o jovem Carlos⁴ ocorreu em agosto de 2015, na III Semana da Diversidade de Governador Valadares, organizada pelo Núcleo de Debates Sobre Diversidade e Identidade – NUDIS, na qual aconteceu o debate sobre Ser LGBT na Família brasileira. Em conversa com o jovem, falei sobre a proposta da minha pesquisa. Carlos relatara que ao iniciar seu processo de transformação viveu processos preconceito e discriminação na família, na igreja, na escola. Nessa, a situação era bastante difícil, pois era exposto a comentários constrangedores e olhares de rejeição e punição. Na hora da chamada, o nome dele não constava lista de presença. Assim, decidiu afastar e não concluiu o ensino médio. Carlos ressaltou também que na ausência da escola, não foi procurado por ninguém da direção escolar para saber os motivos da sua ausência. Expôs que com o apoio e a colaboração da mãe, busca pela efetivação da troca do nome em seus documentos.

Frente à situação citada, “a escola se pontua de maneira indiferente às atitudes de violência e estigmatização, as quais estão expostos/as alunos, alunos e profissionais trans, podendo resultar no abandono da escola”. (PERES, 2009, p. 245). Também, pode-se ponderar que a escola falha muito, quando não vai atrás daquele/a aluno/a, ausente nas aulas. “O fato de o/a aluno/a interromper os estudos parece algo inevitável, natural, sugerindo, portanto, que essa discussão não diz respeito ao ambiente escolar e que a instituição nada pode fazer para proteger suas/seus alunas/os vítimas desse tipo de violência, a não ser assinar o termo de transferência”. (BENTO, 2011, p. 556). São situações que por vezes passam despercebidas ou tratadas como naturais, mas que precisam ser desestabilizadas e desnaturalizadas.

Em outro relato, tem-se o caso de Roberta, ocorrido um Hospital em Governador Valadares, no ano de 2010. Roberta chegou à emergência do hospital, à noite com quadro de acidente vascular cerebral, não conseguia falar e nem se locomover e contava com a ajuda de duas amigas. Quando eu cheguei ao Hospital para realizar o estágio, a profissional do setor de

⁴ Para proteger a identidade das pessoas, utilizarei de nomes fictícios nos relatos abaixo.

Serviço Social me levou para tomar ciência do caso. Roberta após ser medicada, fora encaminhada para enfermaria feminina de cuidados especiais, na qual há um/a profissional 24 horas. O/a profissional do plantão do dia seguinte, quando fora fazer a higiene de Roberta percebeu que ela, não tinha uma vagina e sim um pênis, motivo que o/a levou a transferir a usuária para a enfermaria masculina. Quando as amigas chegaram e juntamente a filha adotiva de Roberta e ficaram perplexas com o local, o qual Roberta se encontrava, na enfermaria masculina. As amigas procuraram o Setor de Serviço para comunicar o fato e tomar as devidas providências e relataram sobre a situação de Roberta. Contaram que Roberta mora em uma cidade próxima a Valadares há mais de 20 anos, casada, tem uma filha adotiva e era muito querida na cidade, pois ajudava as mães no momento do parto e também procurava ajudar a todos com remédios caseiros. Na cidade era conhecida como uma mulher. A situação que se apresentava no hospital, o constrangimento junto à filha, preocupava as amigas de Roberta que sabiam de sua história. O caso fora levado à Direção do Hospital para as providências. Roberta recebera alta no outro dia. Quando vi Roberta na enfermaria masculina, aquele olhar dela, o rosto virado para a parede, estampava tristeza e sofrimento. Diante das situações descritas, pode-se inferir que as diversas instituições sociais, como a escola e o hospital, ainda têm “dificuldades em lidar com a pluralidade e as diferenças dos alunos e das alunas, (re) produzindo e mantendo o padrão machista e heteronormativo há séculos dominante na sociedade”. (BENTO, 2011, p.555). Como consequência, segundo Bento (2011 apud DE SOUZA et al, 2014, p.162), “produz sofrimento às pessoas que não correspondem à conduta e à aparência que são esperadas culturalmente para o seu sexo anatômico, fazendo com que se sintam demasiadamente pressionadas e desrespeitadas e, não raramente, impelindo-as a abandonarem os estudos”. O abandono escolar se torna, assim, uma forma de evitar os sofrimentos vivenciados na escola.

Exclusão e expulsão, que emergem dos relatos apresentados são tentativas de extirpar da escola e do hospital aquilo que é visto como desviante, que “está fora” do padrão de normalidade imposto na sociedade e disseminado nesses espaços. Mesmo que a expulsão não se concretize, a tentativa de fazê-lo já é por si só uma mensagem normatizadora, que indica a intenção da não aceitação da diferença.

O caso da Roberta pode-se inferir como uma expulsão camuflada com um “convite a se retirar” ou com uma alta compulsória, diante da polêmica, de qual enfermaria ela ficaria, masculina ou feminina. A separação da enfermaria, entre masculina e feminina, “poder-se-ia pensar sobre como se estabelecem os processos de exclusão, preconceito e discriminação, desses corpos que “estão fora” da norma dos espaços, tanto da escola quanto do hospital,

construídos como exclusivos, sob os signos da heteronormatividade”. (SANTOS, 2011, p.164).

O relato de Carlos se revela que preconceito e discriminações permeiam o cotidiano escolar das pessoas trans. A visibilidade de sua identidade de gênero e sexual será um processo difícil. “Quando da expressão da homossexualidade, e mais especificamente da travestilidade ou transexualidade, ainda na infância e depois na adolescência, são alvo de discriminação, violência e exclusão, com início na família”. (PERES, 2009, p.238) e propagando-se para outros locais, como a escola, dentre outros. Ao assumir a identidade trans, na escola serão estigmatizados/as e vitimizados/as por piadas, chacotas, insultos, agressões físicas e verbais. Segundo Barbosa e Da Silva (2015, p. 133) no processo de evasão escolar as principais vítimas “são as adolescentes travestis e as (os) adolescentes transexuais que dificilmente conseguem terminar seus estudos, sendo forçadas (os) a abandonar a escola, já que diferentemente de adolescentes gays e lésbicas, têm mais dificuldade em esconder sua diferença, tornando-se as vítimas mais visíveis dessa violência escolar”.

Compreende-se que a reiteração da heterossexualidade na escola, como padrão, funciona como mecanismo para a manutenção da ordem heterossexual e aloca à exclusão e marginalização aqueles e aquelas que não se adequam à norma heterossexual. Deste modo, não se reconhece e nega a existência da travestilidade e transexualidade. O impedimento do nome social escolhido pela da pessoa na lista de chamada e a indiferença de docentes e gestores/as daquela escola diante da ausência nas aulas e do sofrimento desta/e adolescente, são práticas transfóbicas que legitimam o padrão hegemônico que permeia o cotidiano. Deste modo, a permanência na escola poderá ser inviável. O abandono escolar se torna, assim, uma forma de evitar os sofrimentos vivenciados nesse espaço.

Diante do relato de Carlos, pode inferir que a escola é um contexto marcado pela negação, preconceito frente aqueles e aquelas que “estão fora” da norma heterossexual, as/os excluem e expulsam do espaço escolar. Para Bento (2011, p.555), “na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aquelas/es que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão”.

Pesquisar sobre o processo de exclusão de travestis e transexuais na escola é relevante, pois, segundo Louro (1997) citado por Silva e Araújo (2015, p. 8):

a importância de observarmos com muito cuidado aquilo que consideramos “naturais” no nosso dia a dia, na escola, afirmando que os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e

salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentas/os aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados – portanto, não são concebidos do mesmo modo por todas as pessoas.

Para Louro a escola tem papel fundamental nesta questão, pois nela também se criam, consolidam e perpetuam desigualdades, através da disseminação do sexismo, da homofobia, do racismo e transfobia. A escola tem um papel importante e o poder transformador de desestabilizar, desnaturalizar a transfobia e a exclusão que segregam jovens trans do convívio social, através da adoção de ações educacionais que visem a promoção dos grupos discriminados e da visibilidade LGBT (Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Transexuais), bem como desconstruir e desnaturalizar os mecanismos da heteronormatividade que ainda imperam na escola.

Para Lima et al (2012, p. 10) é relevante “problematizar as práticas escolares que, sutil ou explicitamente, acabam por discriminar, excluir e, em último caso, expulsar aquelas/es que desafiam a norma hegemônica”.

Os autores De Souza e Bernardo (2014, p. 172) apontam que:

faz-se necessário prestar a devida atenção ao que se passa com as crianças e adolescentes transexuais no ambiente familiar e, principalmente, escolar, desde o início da sua socialização e institucionalização, elaborando e implantando, com seriedade, programas que visem a manutenção dessa população nas escolas e investindo em acolhimento e formação para aquelas que já se desiludiram e se evadiram do ambiente escolar.

Assim, a escola precisa pensar em ações de acolhimento e respeito a todos/as alunos/as, em particular as alunos/as trans, possibilitando-os/as a permanência desses/as na escola.

No intuito de responder aos objetivos propostos neste trabalho, a pesquisa será composta, além da introdução, por mais dois capítulos, considerações finais e referências. A introdução, conforme apresentada, teve como objetivo expor tema, problema, objetivo geral, objetivos específicos e justificativas.

O capítulo 1 foi dividido em três partes. Na parte 1, a metodologia de pesquisa será apontada, ao apresentar os procedimentos e escolhas realizadas para uma investigação sobre a exclusão das pessoas trans no cotidiano escolar. Na parte 2, conceitos e termos: “conhecer para não rotular”, é proposto, de maneira breve, considerações sobre os conceitos de Transexualidade e Travestilidade e Transgeneridade. Também destaco os conceitos de gênero,

sexualidade, heteronormatividade, cisgeneridade, homofobia, transfobia. Os termos identidade de gênero e sexual, também serão conceituados. Na parte 3 será discutida a violência contra as pessoas trans na sociedade e o cotidiano escolar e as pessoas trans.

No capítulo 2 serão analisados e discutidos os dados encontrados na bibliografia pesquisada, à luz dos referenciais teóricos relacionados ao tema. Para organização deste capítulo, separou-se em unidades temáticas, destacando as dificuldades que as pessoas trans encontram para o acesso e a permanência nas escolas, bem como as práticas discriminatórias, preconceituosas e violentas, dentro do próprio sistema educacional, por vezes negada e invisibilizadas por todas e todos que compõem a escola e que podem contribuir para a exclusão dessas pessoas da escola.

A delimitação do campo de análise, os estudos foram organizados em cinco categorias temáticas, assim, denominadas: primeira, a relação do corpo docente, gestores/as e demais servidores com as pessoas trans; segunda, a relação do corpo discente com as pessoas trans; terceira a religião na escola; quarta, o uso do banheiro pelas pessoas trans; quinta, o nome social. Estas categorias serão apresentadas e discutidas no capítulo 2. As considerações finais apresentam as conclusões do trabalho, e por fim apresentam-se os referenciais utilizados neste trabalho.

A pesquisa se justifica que é necessário investigar a exclusão das pessoas trans da escola e assim, conhecer a situação dessas pessoas nas escolas e os motivos da exclusão, expulsão e o abandono da escola.

O estudo acerca da temática da presente pesquisa está condizente com a proposta do curso GDE, o qual propunha que todos/as que compõem a escola sejam capazes de desconstruir e desnaturalizar preconceitos e discriminações praticadas na e pela escola contra as pessoas trans;

A presente pesquisa é relevante para que docentes gestores/as e demais funcionários da escola possam avaliar e repensar a prática no cotidiano escolar, promovam ações e intervenções capazes de questionar e desconstruir hierarquias, preconceitos, discriminação e exclusão, visando o respeito às pessoas trans e contribuir para a promoção e garantia da valorização da diversidade.

Com a presente pesquisa buscou-se contribuir para o desenvolvimento científico, social e político acerca do tema para que, assim, a realidade educacional das pessoas trans, possa ganhar maior visibilidade e a posição destas pessoas no ambiente escolar seja repensada.

Acredita-se que a realização desse trabalho dará visibilidade às pessoas trans no espaço escolar, o que é de fundamental importância, visto que ao estudar e analisar as especificidades deste segmento em relação a sua trajetória na escola, este estudo, busca colaborar para que estes possam conhecer e reivindicar os seus direitos na garantia de uma educação calcada no respeito e valorização dessas pessoas.

2 CAMINHOS DA PESQUISA

Esta parte descreve os caminhos metodológicos percorridos para alcançarmos os objetivos propostos nesta pesquisa. Fundamentada numa pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002, p. 44) é a pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos e periódicos científicos disponibilizados na internet e impressos. A pesquisa bibliográfica possui caráter exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema, aprimoramento de ideias sobre um tema a ser estudado, complementa Gil (2002, p. 44). O processo metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa tem por objetivo analisar o processo e os mecanismos de exclusão aos quais são submetidas as pessoas trans nas escolas.

O estudo bibliográfico compreendeu-se das etapas: a formulação do problema; a escolha do tema a ser investigado; a elaboração do plano de trabalho; a formulação dos objetivos; identificação, localização e obtenção de fontes que sejam capazes de fornecer os dados adequados à elaboração do projeto de pesquisa com leitura do material obtido, análise e interpretação dos materiais selecionados e redação final do texto. O levantamento bibliográfico realizou-se durante os meses de julho, agosto e novembro de 2015; em janeiro, fevereiro e março de 2016.

Inicialmente, foram adotados como fontes os artigos publicados e disponibilizados durante do Curso Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em seguida com a orientação dos professores e orientadores do trabalho de pesquisa, buscou-se os periódicos na língua portuguesa, indexados nas bases de dados informatizadas, tais como Revista de Estudos Feministas, Revista Bagoas, Scielo. Essas bases de dados foram fontes de estudos relevantes para área de

estudo. As consultas foram realizadas em janeiro e fevereiro de 2016 através das palavras-chave: transexual, transsexual, transexualismo, travesti, transvesti, travestilidade e travestismo, exclusão de transexuais e travestis da escola. Os artigos foram selecionados pela leitura de seu título, resumo e mantidos apenas aqueles que demonstrassem aderência com a temática da pesquisa. A quantidade de artigos encontrados com esses termos foi registrada em uma planilha e dispostos nos quadros, registrando-se a quantidade de artigos encontrados, quantos foram selecionados e salvos em uma pasta para leitura do material. A busca dos referenciais bibliográficos na base de dados da Revista Estudos Feminista resultou em um artigo selecionado (Quadro 1); na base de dados da Scielo (Quadro 2) foram selecionados três artigos e na base de dados da Revista Bagoas, foram sete artigos selecionados. Na base de dados do Google Acadêmico buscaram-se artigos através das palavras-chave: exclusão de travestis e transexuais na escola, transfobia, travestilidade e transexualidade. Procedeu-se de sondagem se nos títulos e palavras-chave dos resumos dos artigos e dissertações se estavam presentes os termos: “escola, exclusão, travestis e transexuais, ou travestilidade e transexualidade”, e assim foram eliminados aqueles que não continham pelo menos um dos termos citados. Tal procedimento foi adotado para obter uma maior clivagem da produção acadêmica correlacionada às categorias escola, exclusão, travestis e transexuais, objetos maiores da pesquisa levantada. Nessa, foram selecionados um total de 13 artigos. Nas bases de dados pesquisadas, foi encontrado um total de 23 artigos. Em seguida, procedeu a leitura dos artigos na íntegra, na tentativa de se obter informações centrais, que foram organizados os fichamentos dos conteúdos para facilitar a análise e a compreensão do assunto proposto na pesquisa.

Quadro 1 – Artigos selecionados na base de dados da Revista Estudos Feministas

N ^o	Palavra-chave	Data da pesquisa	N. de artigos encontrados	Artigos selecionados	Título
01	Transexual	20/01/2016	4	1	BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Estudos Feministas , Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011. ISSN 0104-026X.
02	Transsexual	20/01/2016	5 (1 em inglês)	Nenhum	_____
03	Transexualismo	20/01/2016	1	Nenhum	_____
04	Travesti	20/01/2016	5	Nenhum	_____

05	Transvesti	20/01/2016	Nenhum	Nenhum	
06	Travestilidade	20/1/2016	1	1	BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Estudos Feministas , Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011. ISSN 0104-026X.
07	Travestismo	20/1/2016	1	Nenhum	

Fonte: Revista de Estudos Feminista (<https://periodicos.ufsc.br>)

Quadro 2 – Artigos selecionados na base de dados da Scielo

Nº	Palavra-chave	Data da pesquisa	Nº. de artigos encontrados	Artigos selecionados	Título
01	Transexual	3/02/2016	18	1	<u>NEVES, André Luiz Machado</u> das et al. Representações sociais de professores sobre diversidade sexual em uma escola paraense. <i>Psicol. Esc. Educ.</i> [online]. 2015, vol.19, n.2, pp. 261-270. ISSN 2175-3539.
02	Transsexual	3/02/2016	30	1	<u>SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos.</u> A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. <i>Cad. Pesqui.</i> [online]. 2015, vol.45, n.157, pp. 630-651. ISSN 1980-5314.
03	Transexualismo	3/02/2016	17	Nenhum	
04	Travesti	3/02/2016	31	Nenhum	
05	Transvesti	3/02/2016	4	Nenhum	
06	Travestilidade	3/02/2016	3	1	BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Estudos Feministas , Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011. ISSN

					0104-026X.
07	Travestismo	3/02/2016	10	Nenhum	

Fonte: Scielo (<http://www.scielo.br>)

Quadro 3 – Artigos selecionados na base de dados da Revista Bagoas

Nº	Palavra-chave	Data da pesquisa	Nº. de artigos encontrados	Artigos selecionados	Título
01	Transexual	21/01/2016	33	5	<p>1- Bernini, Lorenzo. “Macho e fêmea Deus os criou!? A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual.” Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades 5.06 (2012).</p> <p>2- MELLO, Luiz et al. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 6, n. 07, 2012.</p> <p>3- SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Para se pensar sobre a experiência sexual na escola: algumas cenas. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 6, n. 07, 2012.</p>

					4- DE SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 8, n. 11, 2014.
--	--	--	--	--	--

Fonte: Revista Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades (<http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas>)

Quadro 3 – Artigos selecionados na base de dados da Revista Bagoas (continuação)

N ^o	Palavra-chave	Data da pesquisa	Nº. de artigos encontrados	Artigos selecionados	Título
	Transexual	21/01/2016	33		5- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 2012.
02	Transsexual	21/01/2016	8 (1 em inglês)	Nenhum	_____
03	Transexualismo	21/01/2016	5	Nenhum	_____
04	Travesti	21/01/2016	41	1	MOTT, Luiz. Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 1, n. 1, 2012
05	Transvesti	21/01/2016	Nenhum	Nenhum	_____

06	Travestilidade	21/01/2016	7	Nenhum	_____
07	Travestismo	2/01/2016	13	Nenhum	
08	Exclusão de travesti e transexual da escola	21/01/2016	13	1	JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 1, n. 01, 2012.

Fonte: Revista Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades (<http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas>)

Quadro 4 – Artigos selecionados na base de dados do Google Scholar

Nº	Palavras-chaves	Data da pesquisa	Artigos selecionados	Título
01	Exclusão de travestis e transexuais na escola	21/01/2016	1	BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; DA SILVA, Laionel Vieira. Morte e exclusão: crimes contra a mulher transexual. Revista Gênero & Direito, n. 1, 2015.
02	Exclusão de travestis e transexuais na escola	3/02/2016	1	1-OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias B. de. LGBTQIAFOBIA: (des) contextualizando a (in)diferença no contexto escolar. Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho/UNESP-FCT – 2015 2-JÚNIOR, Isaias Batista de Oliveira et al. Heterossexismo e sua tenacidade nas políticas educacionais, práticas docentes e aprendizagem. Revista Educação, Cultura e Sociedade, v. 2, n. 2, 2012. 3- TORRES, Daniela Barros; VIEIRA, Luciana Fontes. As Travestis na escola. Quaderns de psicologia, v. 17, n. 3, p. 0045-58, 2015.

Fonte: <https://scholar.google.com.br>

Quadro 4 – Artigos selecionados na base de dados do Google Scholar (continuação)

Nº	Palavras-chaves	Data da pesquisa	Artigos selecionados	Título
03	Exclusão e inclusão de travestis e transexuais da escola	4/02/2016	1	LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Escola, currículo e homofobia: biografando experiências. Teoria e Prática da Educação, v. 17, n. 2, p. 105-118, 2014.
04	Exclusão e inclusão de travestis e transexuais da escola	05/02/2016	1	DOS SANTOS–DOUTORANDA, Dayana Brunetto Carlin; LABIN–UFPR, Educação. Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: a reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais.
05	Travestis e Transexuais na escola	02/03/2016	1	DE OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante; PORTO, Tauane Caldeira. A transfobia e a negação de direitos sociais: a luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação. In: Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. 2016. p. 332-336
06	Travestilidade e na escola	02/03/2016	1	FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 2, p. 325-346, 2015.
07	Idem	03/03/2016	1	FRANCO, NEIL. Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar. 2014.
08	Travestilidade e transexualidade na escola	03/03/2016	1	LIMA, Maria L.; ALVARENGA, Eric. O banheiro de Nayara: a escola e suas tecnologias heteronormativas. Artíficos: Revista do Difere, v. 2, n. 4, p. 1-13, 2012.
09	Idem	03/03/2016	1	REIDEL, Marina. A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. Tese de Doutorado pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação. Uberlândia -2014.
10	Idem	15/03/2016	1	Peres, Wiliam Siqueira. Travestis,

				escolas e processos de subjetivação. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.
11	Travestilidade e transexualidade na escola	19/03/2016	1	SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Cartografias da transexualidade: outras tramas. Dissertação (Mestrado) pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
12	Idem	19/03/2016	1	TORRES, Marco Antonio. A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas. Revista Cronos , v. 11, n. 2, 2012.
13	Idem	19/03/2016	1	TORRES, Marco Antônio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e outsiders. Educação & Realidade , v. 39, n. 1

Fonte: <https://scholar.google.com.br>

3 CAPÍTULO I

Nesta seção, de maneira breve se fará a conceituação dos termos travestilidade e transexualidade e cisgeneridade compreendendo as especificidades dessas categorias, pertinentes dentro do projeto de pesquisa.

3.1 Transexualidade, afinal o que significa?

Segundo Ceccarelli (2008 apud SAMPAIO, 2011, p.1), “logo após o nascimento e mesmo antes disto, a criança é identificada/o como menino ou menina, consolidando a crença segundo a qual o sexo anatômico designa o gênero masculino ou feminino”. “No decorrer da infância são educados/as para conviver em sociedade, porém de maneira distinta, caso sejam menino ou menina, conforme o que é estabelecido como padrão na sociedade heteronormativa”. (REIDEL, 2014, p.18). Esta norma influencia, por exemplo, a decoração do quarto da criança, a cor das roupas e dos objetos pessoais, a escolha dos brinquedos e das atividades de lazer, a maneira de comportarmos em certos locais, dentre outras situações. À medida que vão crescendo, por meio dos brinquedos, brincadeiras, dos acessórios e das relações estabelecidas com os grupos, vão também aprendendo a distinguir atitudes e gestos tipicamente “masculinos” e “femininos” e a fazerem escolhas a partir de tal distinção, ou seja, o modo de pensar e de agir, considerados como correspondentes a cada gênero dentro do padrão hegemônico de “feminilidade e masculinidade”. No decorrer da vida, algumas pessoas começam apresentar expressões e atitudes diferentes dos padrões hegemônicos criados socialmente. (REIDEL, 2014, p. 18).

A transexualidade é definida por Bento (2008 apud SANTOS, 2012, p. 150) como uma “experiência e não como uma identidade única, fixa, sedimentada. Isto é, a realização de um processo de produção de si que implicará em um conjunto de transformações corporais e sociais que, por sua vez, constituirão experiências de produção de corpos e subjetividades”.

Para Reidel (2014, p. 18) a transexualidade pode ser entendida como:

uma dimensão identitária localizada no gênero e se caracteriza pelos conflitos potenciais com as normas de gênero à medida em que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização, mas em geral com forte empenho na realização da cirurgia.

Para De Souza et al (2014, p. 159) a transexualidade é compreendida como “sentimento do indivíduo de não poder corresponder às expectativas definidas socialmente

para o seu sexo anatômico, identificando-se com os elementos tidos como do sexo oposto ao seu e submetendo-se a tratamentos cirúrgicos e/ou hormonais para adequar seu corpo à sua condição psicológica”.

3.2 Travestilidade, o que é?

Segundo Reidel (2014, p. 34) o termo travestilidade “teve origem na língua francesa, como variante de burlesque, gênero artístico, relacionado ao erotismo. Somente na segunda metade do século XX travestir-se passou a ser pensado como uma identidade sexual”.

Pelúcio (2007 apud REIDEL, 2014, p.) optou pelo termo e conceito de “travestilidades”, que: segundo os/as autores/as:

engloba os variados aspectos que compõem a pluralidade desta categoria de identidade, sinalizando as multiplicidades da experiência do cotidiano de tantos(as) travestis, na construção e desconstrução dos seus corpos, ao invés de travesti ou travestismo, termos que muitas vezes têm uma carga de simplificação e redução a modos abjetos de vida.

A autora Pelúcio (2007, p. 39 apud REIDEL, 2014, p. 34) entende que o termo travestilidade afirma:

a multiplicidade da experiência ligada à construção e desconstrução dos corpos, ainda que exista alguma rigidez no gênero destes sujeitos. Essa rigidez existe devido às experiências constituídas dentro da heteronormatividade, o que não impede que o corpo do/da travesti “comporte uma ambiguidade, o que causa incertezas, dúvidas nos códigos de inteligibilidade, pois este é o termo que passou a designar o movimento formado por indivíduos e grupos identificados como de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.

3.3 Transgeneridade, então o que é?

Em relação ao termo transgênero, a autor/a Franco (2014, p. 45) destaca que o movimento de travestis e transexuais no Brasil rejeitou a adesão do termo, alegando que desencadeia dúvida e questionamentos na utilização pelo segmento.

Franco (2014, p. 45) “aponta que mesma com essas problemáticas, como a literatura internacional, encontrou autores/as brasileiros/as que utilizam da expressão transgênero para se remeter a travestis e transexuais, como Junqueira (2009a, 2009 b) e Ricardo Henriques et al (2007)”.

O/a autor/as Peres (2009, p. 235) segundo Franco (2014, p. 45) “propõe a partir de suas investigações a distinção entre travestis e transexuais, acrescentando a expressão

transgênero como categoria subsequente, integrante do segmento”. Para Peres (2009, p. 236) as transgêneros são pessoas “que se caracterizam esteticamente por orientação do gênero oposto, não se mantendo o tempo todo nesta caracterização, como o fazem as travestis e as transexuais. Dentro do segmento transgênero, elencar as/os transformistas, as *drags queens*, os *drag kings*”.

Sobre as travestilidades, a transexualidades e a transgereridades, Peres (2009, p. 258) esclarece:

Quando nos referirmos às travestilidades, às transexualidades e às transgereridades, deveremos sempre fazer referências no plural, ou seja, não podemos tomar um modo de ser e transformá-lo numa matriz reprodutiva, de modo fabril, em que todas as TTTs seriam vistas como cópias de uma única matriz. Por isso, a importância de falarmos no plural e, na medida do possível, mapear, cartografar as diversas linhas e os traços que compõem modos específicos e singulares (ao mesmo tempo plurais) de ser. O uso das identidades sexuais e de gêneros no plural propõe, entre outras coisas, que existem muitos modos de ser TTTs no mundo, e que ganham mais especificidades quando correlacionados com outras categorias de análise histórica: classe social, raça/etnia, gêneros, orientação sexual, relações intergeracionais, estética física etc.

Para Franco (2014, p. 45), o autor Peres, ao sugerir a descrição desse segmento por meio da sigla (Travestis, Transexuais e Transgêneros), “sempre no plural, por acreditar que cada um dessas expressões identitárias se constituem de singularidades que impossibilita a compreensão de forma linear. O autor acredita que sempre se referirá às travestilidades, transexualidades e transgeneridade”.

Segundo Franco (2014, 16) compreende-se travestis, transexuais e transgênero como:

expressões identitárias que demarcam o rompimento e o cruzamento dos limites históricos, sociais e culturais estabelecidos para o gênero. Problematizam e situam em um estado de divergência o dimorfismo da norma de gênero, quais sejam, ser mulher travesti, ser mulher ou homem transexual, a heterossexualidade e, por conseguinte, as idealizações do que é ser homem ou mulher, a partir do gênero que conferem o estado de humanidade aos corpos.

Assim, a transexualidade e travestilidade, por não “aderirem a norma heterossexual, interrogam as compreensões de sexo, gênero e sexualidade. Questiona a concepção, baseada no senso comum acerca do que é ser “homem” e do que é ser “mulher”. (FRANCO, 2014, p. 17).

Conforme Franco (2014, p.45) inspirado/a em Benedetti (2007), opta por identificar as travestis, as mulheres e os homens transexuais e transgênero, “como pessoas trans, compreendendo-as/os, assim como Junqueira (2009) e Peres (2009), como sujeitos de

múltiplas vivências sociais que questionam e desordenam conhecimentos culturais que ao longo da história tentam significar objetivamente o humano”.

Deste modo, será utilizada nesse trabalho a expressão trans, pelo entendimento de que termos como travestilidade, a transexualidade e a transgeneridade são pertencentes ao ‘universo trans’.

Em relação aos conceitos homossexualismo, homossexualidade, a autora Heilborn (2010, p. 39) destaca:

o termo “homossexualismo foi utilizado para indicar um tipo de patologia associada aos desejos e às práticas homossexuais. Atualmente adota-se o termo “homossexualidade” para designar a orientação sexual para o mesmo, orientação esta tida como umas das formas possíveis e legítimas de vivenciar a sexualidade, sem as conotações de doença, patologia ou anomalia que o termo “homossexualismo” sugere.

Segundo Bell (1987) citado por Neves (2015, p. 266) o sufixo “ismo” do termo “homossexualismo” está voltado à patologização, pois ele está relacionado com o vocabulário e modelos médicos ou de outros saberes da área da saúde para definir uma situação como um “problema”. Os conceitos homossexualismo, travestismo e transexualismo trazem estigmas profundos dessa patologização.

Diante disso, nesse estudo serão utilizados os conceitos homossexualidade em vez de homossexualismo, travestilidade a travestismo, transexualidade e não transexualismo, evitando assim a patologização, anomalia ou conotação de doenças intrínsecas ao emprego do sufixo “ismo”. Além disso, a evocação desse sufixo constrói-se a ideia equivocada que gays, lésbicas e as pessoas trans poderiam ser curados/as.

3.4 Cisgeneridade, o que é?

A cisgeneridade segundo Jesus (2012) citado por Vergueiro (2016, p. 44) pode ser resumida como:

sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas. Em outras palavras, “o termo “cisgênero” é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero.

Para Jesus (2012, p. 9):

chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. Como já foi comentado anteriormente, nem todas as pessoas são assim, porque, repetindo, há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero.

Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não são identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans.

Segundo Vergueiro (2016, p. 52):

a cisgeneridade tem, como um de seus elementos constitutivos mais importantes, a consciência crítica de pessoas cujas existências são constrangidas e brutalizadas por conta de seus corpos, identidades e expressões de gênero. Consciências que são atravessadas por muito sangue de cissexismos, e por um desejo, cada vez mais presente e articulado, de rompimento com os silêncios diante das violências gênero-colonizantes.

3.5 Gênero e Sexualidade: principais apontamentos

Por gênero, pode-se entender como marca de diferenciação social, que incide em “quaisquer ralações afetivas, na família, no trabalho, lazer e escola de forma que não pode ser ignorada. Essa marca de diferença, acaba por (des)valorizar seres humanos a partir de comportamentos, gostos, impingindo aos sujeitos formas de ser homem e de ser mulher”. (BELELI, 2014, p. 49).

“A noção de gênero evidencia ao modo como a sociedade constrói representações sobre o que ser homem e ser mulher e pressupõe que sejam estabelecidas. Desde pequenos, educamos meninos para agirem de uma determinada forma e menina de outra”. (HEILBORN et al, 2010, p. 14). Pode ser compreendido, ainda, como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 2009 apud MISKOLCI, 2014, p. 50).

O gênero para Cavaleiro (2009, p. 159) é, portanto:

uma noção importante para pensarmos o modo como se estruturam as relações sociais, pois estas envolvem rituais bastante definidos de aprendizagens e sociabilidades e, principalmente, uma domesticação dos corpos em função daquilo que é considerado masculino ou feminino, num determinado contexto cultural, a cada época. Significa dizer que é ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais – dentre estas também estão as práticas escolares - que nos constituímos como homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico, tampouco unívoco e que também nunca está finalizado.

A vivência de um gênero divergente da sua anatomia humana, do sexo, é uma questão de identidade, e é o que ocorre com as pessoas conhecidas como travestis e transexuais, que

coletivamente são tratadas como pertencendo ao mesmo grupo, denominado “trans” (JESUS, 2012, p.24).

3.5.1 Sexualidade

A sexualidade, segundo Miskolci (2014, p. 96) “é construída ao longo de toda a vida, de muitos diferentes modos, por todas as pessoas e em diversos espaços de socialização, entre esses a escola. A sexualidade não se refere apenas aos atos sexuais, mas abarca a forma como as pessoas se relacionam, desejam, amam, expressam afeto e organizam boa parte de suas vidas”.

Segundo Heilborn et al (2010, p. 23) a sexualidade, ao contrário do que se pensa, não é uma questão de “instintos” dominados pela natureza ou apenas de impulsos, genes ou hormônios. A sexualidade envolve:

um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elabora-se a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Todas e todos nascem dotadas e dotados de determinadas capacidades biológicas. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. Por isso, as expressões da sexualidade humana são tão diversas.

A história da sexualidade prova que as identidades sexuais, os comportamentos e os desejos são mais variáveis do se imagina o senso comum e os discursos dominantes e que impuseram e ainda insistem impor o privilégio de determinadas identidades e tipos de relacionamentos em detrimentos de outros (MISKOLCI, 2014, p. 97).

A sexualidade, portanto, segundo Cavaleiro (2009, p. 163) resulta:

da interação entre o mundo interno e externo, isto é, entre a nossa subjetividade e a organização social. Ela envolve um processo contínuo e nem sempre linear de aprendizado e reflexão por meio do qual elaboramos a percepção de quem somos e do que somos, processo esse que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascemos com um sexo biológico. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. É por isso que as expressões da sexualidade humana são construções tão diversas.

Pode-se inferir que sexualidade não é algo concebido ao nascer, mas como qualquer atividade humana, um produto de apreensões e de um aprendizado de significados socialmente construídos. “A sexualidade está em todos os espaços públicos e privados, no lar, no trabalho”. (MISKOLCI, 2014, p. 98). “No cotidiano escolar a sexualidade está presente

nos comportamentos de crianças, jovens e adultos, nas práticas pedagógicas, nas vestimentas, nos gestos, nas falas, no modo de agir”” (CARRARA, 2009, p. 99).

Ao observar mais de perto, são todos (as) diversos, diferentes uns (as) dos (as) outros (as), e, também, a reflexão sobre a sexualidade, pode-se pensar em “sexualidades”, uma vez que existem várias possibilidades para abordá-la e vivê-la (CAVALEIRO, 2009, p. 164).

Para Cavaleiro (2009, p. 164) pode-se reconhecer que:

em nossa própria experiência, as pressões sociais para que nossa sexualidade se realize conforme o que “naturalmente” se espera e, assim, a heterossexualidade, por ser o comportamento sexual da maioria das pessoas, é tomada como correta e reforçada pelas instituições – e, aqui, se inclui a escola. É preciso discutir, nas escolas, por exemplo, a equivocada ideia de que o comportamento – ou o papel sexual – que desempenhamos, determina a heterossexualidade. A menina ou a jovem que, biologicamente, é mulher, que se percebe como mulher e tem atração sexual direcionada ao sexo oposto, pode se sentir à vontade realizando tarefas tidas socialmente como “masculinas”. Um homem pode se sentir “masculino” e desejar outro homem. Uma mulher pode se sentir “feminina” e desejar outra mulher.

3.5.2 *Identidade de gênero*

A identidade de gênero segundo Jesus et al (2006) citado por Cavaleiro (2009, p. 160) supõe, por definição:

a própria visão da subjetividade dos sujeitos sobre a sua unidade e as suas fronteiras simbólicas, sobre a sua relativa persistência no tempo e sobre a sua existência no mundo, ou seja, no espaço social e cultural. Pressupõe, também, certa reflexividade, isto é, a capacidade de desprender-se da experiência imediata e de converter-se em objeto para si mesmo. Assim, pode-se perguntar: Quem sou eu? Quem quero ser? Carregamos conosco as percepções e os sentimentos acerca daquilo que está ao nosso redor e construímos maneiras peculiares de ser que se manifestam em nossos gestos, em nossas roupas e adereços, em nossas palavras e ações. Somos um embate permanente entre nosso “dentro” – a vida psíquica – e nosso “fora” – as interações com o mundo externo.

No caso da identidade de gênero a/o autor/a Jesus et al (2006 apud Cavaleiro, 2009, p. 160) aponta:

que há diferentes maneiras como as pessoas se sentem e se apresentam para si e para os demais como homem ou mulher ou, em alguns casos, uma mescla de ambos, sem que haja uma conexão direta e peremptória com o sexo biológico. A isso chamamos *identidade de gênero* e, nesse caso, reitera que o papel que a biologia desempenha é fraco, pois está falando de comportamentos sociais, de socialização. A identidade de gênero é sentir-se homem ou mulher. Há muitos “masculinos e femininos”, por isso se diz, masculinidades e feminilidades, pois há formas singulares, próprias de cada um e de cada uma, ao se apresentarem ao mundo revelando a sua intencionalidade, o jeito de ser, o jeito de querer ser, e, neste traço, a subjetividade, algo que é próprio ao indivíduo, aquilo que só ele ou ela percebem, numa relação sempre tensa entre “um ser individual” e “um ser social”. Nesta hora, encontra-se e confrontam

mecanismos que desafiam e pressionam para uma forma de desenvolvimento estereotipada.

A identidade de gênero diz “respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres” (HEILBORN, 2010, 37).

3.6 Homofobia, o que é?

Para o entendimento dos termos homofobia/transfobia, partirá da definição do que é fobia. “Fobia é um sentimento ou reação externa de rejeição a algo de que não gostamos, sobre o qual não concordamos, que não aprovamos ou do qual temos medo. A fobia é o medo e rejeição a uma determinada situação levada ao extremo”. (GOMES, 2014, p.146)

Para Gomes (2014, p. 146) homofobia é uma das “manifestações da fobia que se aparece quando se toma as diferenças de orientação sexual entre as pessoas como fonte de preconceito e de discriminação e até de agressão física, verbal, sexual ou moral, cometida contra a pessoa que vivencia relação afetivo-sexual com indivíduos do mesmo sexo.

Segundo Miskolci (2014, p. 102) “a homofobia pode ser compreendida situações de preconceito, discriminação e violência contra pessoas cujas expressões de gênero não se enquadram nas normas e expectativas sociais dominantes”.

Para Gomes et al (2014, p. 146) a homofobia:

é uma das manifestações da fobia que se manifesta quando tomamos as diferenças de orientação sexual entre as pessoas como fonte de preconceito e de discriminação e até de agressão física, verbal, sexual ou moral, caracterizando-se por toda a ordem de violência física, psicológica e simbólica cometida contra quem vivencia relação afetivo-sexual com indivíduos do mesmo sexo.

Assim, o preconceito e a violência contra os homossexuais, por conta da orientação sexual, são chamados de homofobia. Pelo critério da heterossexualidade, considerado socialmente como padrão e força normativa, os homossexuais são concebidos socialmente estereotipados e estigmatizados como diferentes, defeituosos e desiguais. (GOMES, 2014, p. 149).

3.7 E a transfobia?

O termo “transfobia é empregado para se referir a preconceitos e discriminações sofridos pelas pessoas trans, de forma geral”. (JESUS, 2012, p.11). A transfobia envolve

“sentimentos negativos de repulsa em face de mulheres percebidas como masculinas, homens percebidos como femininos, travestis, crossdressers, drag queens e transgêneros, devido a essas pessoas não se conformarem às expectativas sociais de gênero”. (BARBOSA e SILVA, 2015, p. 130).

Para Carrara et al (2009, p.) a transfobia:

representa uma das expressões mais violentas e nocivas da hostilidade por preconceito sexual. Enquanto os homens e as mulheres homossexuais têm a possibilidade de manter sua orientação em segredo – o que é freqüentemente vivido como uma condenação ao silêncio – no caso das travestis (e, em certa medida, dos e das transexuais), acontece o inverso: pela sua expressão de gênero, elas estão permanentemente expostas a agressões. A carência de oportunidades é marcada em muitos casos pelo abandono da escola. A situação de marginalidade em geral se aprofunda no final da infância, quando a escolha do gênero se apresenta como uma afirmação já clara, desencadeando muitas vezes a expulsão da família e a entrada na prostituição.

Segundo Louro (2000, p. 20) consentida e ensinada na escola, homofobia/transfobia se expressa pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição ao ridículo a homossexualidade, a transexualidade e travestilidade como essa fossem ‘contagiosas’. “No espaço escolar, ainda ouvimos muitas histórias de desrespeito e homofobia, mais especificamente de transfobia (medo, nojo e vergonha de se relacionar com travestis, transexuais e transgêneros)”. (PERES, 2009, p. 245).

Para Jesus (2012, p. 28) a transfobia pode ser definida como “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis. Não confundir com homofobia”.

3.8 Heteronormatividade, afinal o que é?

A heteronormatividade segundo Heilborn (2010, 27), pressupõe uma “norma” pela qual as pessoas se dividem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea. Nesta perspectiva, as relações sexuais seriam normais, somente entre pessoas de sexos opostos e cada sexo teria certos papéis naturais na vida. Nessa disposição, a heterossexualidade seria considerada como padrão ideal e aceito”.

Segundo os autores Balieiro e Risk (2014, p. 161) como Miskolci (2014, p.102) a heteronormatividade se baseia em um sistema complexo que diferencia aquilo que é “bom”, apropriado, desejável do que é moralmente condenável, inapropriado, e que deve ser evitado socialmente.

A heteronormatividade se baseia em ideias e discursos centrados no modelo do casal heterossexual reprodutivo. Estabelecido coma uma forma mais elevada moralmente, o modelo heterorreprodutivo. (BALIEIRO e RISK ,2014, p. 161) .

A discriminação e a violência produzida contra as pessoas trans, se relaciona com o fato destes e destas confrontarem a norma heterossexual. Conforme Miskolci (2014, p.102):

homo-orientados em geral (lésbicas, gays, transexuais, travestis e bissexuais) sofrem discriminações variadas em intensidades diversas de acordo com sua maior ou menor incorporação das normas de gênero, mas a despeito disso, uma experiência comum a todos (as) é a do confronto com a heteronormatividade, ou seja, a matriz de onde brota até mesmo homofobia.

Pela lógica da heteronormatividade, todas as pessoas devem ser heterossexuais, aqueles e aquelas não heterossexuais serão consideradas desviantes, doentes, anormais e por seguinte, acabarão, possivelmente, sendo excluídos e estigmatizados. Para Louro (2010, p. 90) citado por Ribeiro (2014, p. 34):

os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos.

Segundo Miskolci (2014, p. 102), o que está posto na escola são, a reiteração da heterossexualidade, repressão, proibições e discriminação a todos/as aquelas/es que se tornam visíveis.

Assim, a reprodução da heterossexualidade como padrão “funciona como mecanismo para deixar intocável a ordem heterossexual e aloca à exclusão e marginalização aqueles e aqueles que não se adequam à norma heterossexual. Deste modo, não se reconhece e nega a existência da travestilidade e transexualidade”. (BALIEIRO e RISK, 2014, p. 167).

3.9 Parte 1

Nesta seção, será abordada a violência na sociedade contra as pessoas trans e em seguida, acerca das pessoas trans no cotidiano escolar.

3.9.1 A violência na sociedade contra as pessoas trans

A sociedade continua sendo regida pelo padrão heteronormativo. Segundo De Souza et al, 2014, p.161) a heteronormatividade:

possui regimentos ancorados em normas e padrões heterossexuais que são concebidos de forma natural, ideal e compulsória a todos os membros, sendo incapaz de acolher devidamente outras formas de expressão sexual e considerando como desvio de conduta qualquer outro tipo de manifestação da sexualidade. E para manter a hegemonia heterossexual, é preciso constantemente demarcar e excluir, mesmo que violentamente, quem se apresenta de uma forma diferente.

O cenário brasileiro “se apresenta como um contexto potencialmente hostil e violento à existência do público LGBT; porém, se torna ainda mais ameaçador à vida (ou sobrevida) das pessoas trans”, disseminando normas e padrões calcados em uma única forma se viver a masculinidade e feminilidade”, “apresentando um elevado nível de violência dirigido a esse público em questão, desenvolvendo uma nação arraigada em valores estritamente transfóbicos”. (BARBOSA et al 2015, p.128).

A pesquisa da organização não governamental Grupo Gay da Bahia, segundo Barbosa e Silva (2015, p.129) revela um quadro alarmante de assassinatos de pessoas trans no Brasil relativo a 2014, sendo:

326 mortes de gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo 9 suicídios. Um assassinato a cada 27 horas. Um aumento de 4,1 % em relação ao ano anterior (313). O Brasil continua sendo o campeão mundial de crimes motivados pela homo/transfobia: segundo agências internacionais, 50% dos assassinatos de transexuais no ano passado foram cometidos em nosso país. Dos 326 mortos, 163 eram gays, 134 travestis, 14 lésbicas, 3 bissexuais e 7 amantes de travestis (T-lovers). Foram igualmente assassinados 7 heterossexuais, por terem sido confundidos com gays ou por estarem em circunstâncias ou espaços homoeróticos.

Sobre os assassinatos das pessoas trans, Bento (2011, p.554) enfatiza que são cotidianas informações sobre a violência contra essas pessoas. A autora assevera:

são corriqueiras as notícias de pessoas transexuais e travestis assassinadas no Brasil sem que e haja apuração e punição dos/as culpados/as. Acaba-se produzindo uma hierarquia das mortes: algumas merecem mais atenção do que outras. De modo geral, na lógica jurídica, um dos critérios para se definir a posição que cada assassinato deve ocupar na hierarquia dos operadores do Direito parece ser a conduta da vítima em vida. Nessa cruel taxonomia, casos de pessoas transexuais assassinadas ocupam a posição mais inferior. É como se houvesse um subtexto: “quem mandou se comportar assim”. Essa taxonomia acaba (re) produzindo uma pedagogia da intolerância. A vítima é metamorfoseada em ré em um processo perverso de esvaziá-la de qualquer humanidade.

Diante deste cenário pode-se inferir que as violências perpetradas contra as pessoas LGBT constitui uma problemática social, são banalizadas na e pela sociedade, e não

encontram respaldo dos órgãos públicos na defesa e garantia da integridade física. Sem o apoio e atenção dos órgãos públicos no enfrentamento das violências, compromete a punição dos autores, podendo contribuir na exacerbação dessas práticas contra as pessoas trans.

“A violência não atinge só as pessoas trans, mas aqueles/as, sobre os quais há dedução de serem trans ou fazerem parte do convívio dessas pessoas. Esses fatos ocorrem em contextos alicerçados na norma heterossexual”. (BUTLER, 2003 citado por BALIEIRO e RISK, 2014, p. 172).

Poderíamos questionar que causas motivariam as violências praticadas contra as pessoas trans na sociedade?

Segundo Machado (2014, p. 12) a constituição da sociedade, por mais que não seja questionada em nosso cotidiano, é reflexo de processos históricos e sociais atravessados por disputas que configuram relações de igualdade e diferença. Ainda segundo o autor:

por mais que se acredite firmemente que “algo é” ou “deva ser” de uma determinada forma, isto reflete, em última instância, um modo particular através do qual se constrói nossa “visão de mundo”. A forma como são naturalizadas determinadas diferenças e semelhanças e, conseqüentemente, as desigualdades, se dá historicamente. A visão de mundo se constrói, ao longo da vida de cada pessoa, a partir da reinterpretação e apropriação que se faz da história da sociedade. Nessa são fixados determinados “modos de ser e agir em sociedade”, excluindo, marginalizando ou inferiorizando formas de ser e existir “diferentes” dos modelos ideais impostos na sociedade. Pode-se citar como exemplo, que desde que nascemos somos educados/as para conviver em sociedade, porém de maneira distinta, caso sejamos menino ou menina. Esta distinção influencia, por exemplo, a decoração do quarto da criança, a cor das roupas e dos objetos pessoais, a escolha dos brinquedos.

Deste modo, muitas vezes são naturalizadas estas construções hegemônicas que determinam a atribuição de valores positivos ou negativos a determinadas identidades. “Essa naturalização nos impede de compreender as desigualdades, as discriminações e violências sofridas por determinados sujeitos, pois são aceitos os discursos que posicionam hierarquicamente as “diferenças””. (MACHADO, 2014, p. 13).

A reprodução da heterossexualidade é acompanhada de uma rejeição da transexualidade e travestilidade, como a transfobia, a qual gera uma grande aversão perante esses sujeitos, inviabilizando uma “manifestação pública de sujeitos e práticas não heterossexuais”, (LOURO, 1997, p. 82), promovendo preconceito, discriminação, negação e marginalização da travestilidade e transexualidade.

“O preconceito é considerado uma importante forma de manutenção das diferenças e hierarquizações entre grupos sociais, o que muitas vezes faz com que essas diferenças

expliquem o ódio e a violência de um grupo sobre o outro”. (PRADO & MACHADO, 2008, p. 67 citado por OLTRAMARI, 2010, p. 610).

Segundo Machado (2014, p. 17) o preconceito faz com que não sejamos capazes de identificar os fundamentos históricos que estruturam as formas de preconceito e discriminação, fazendo parecer que uma determinada forma de ser é “naturalmente correta” ou “natural”. Esta forma de conceituar o preconceito ajuda na compreensão que às vezes é tão difícil a sociedade aceitar determinadas diferenças, mesmo que não se consiga encontrar motivos plausíveis para tal, afinal, estão lidando com um paradoxo.

Compreende-se, que o preconceito pode ser considerado como um juízo preconcebido sem nenhuma análise sobre os fatos e suas consequências. É como um véu posto nos olhos que impossibilita enxergar algo mais além daquilo que se vê. Impossibilita uma reflexão com criticidade sobre a realidade a qual se vive.

É importante pensar sob a análise de Butler (2003) citado por De Souza et al (2014, p.161) quando afirma que:

as concepções existentes para macho e fêmea e masculino e feminino nada mais são do que um efeito performático e regulatório. Essa realidade age de forma a excluir as oportunidades de configurações de diferentes expressões de identidades de gênero que não sejam aquelas ancoradas nos princípios da heterossexualidade e contribui com a preservação e repetição das inflexíveis normas culturais.

Para a autora Butler (2003, p. 39) citado por De Souza et al (2014, p.161):

a matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de 'identidade' não possam 'existir' - isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não 'decorrem' nem do 'sexo' nem do 'gênero'. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituídos pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo certos tipos de 'identidade de gênero' parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural.

“No entanto, as normas não se sustentam sozinhas, cabendo às diversas instituições sociais cuidar para que elas permaneçam em vigor na sociedade contemporânea. Para isso utilizam da rigidez e do conservadorismo”. Dentre essas instituições, se destacam a família, a igreja, a escola e o trabalho. (DE SOUZA et al (2014, p.161).

Segundo De Souza et al (2014, p. 161) as instituições sociais, dentre essas a escola, para manter os padrões, a vida social nesses espaços, “em geral, age de forma a alimentar a exclusão, os estigmas e os preconceitos, imprimindo incontáveis sofrimentos e dificuldades à

trajetória” de vida de todas as pessoas que manifestem sua sexualidade de forma diferente daquela que é tida como padrão. Importante ressaltar que, segundo Foucault (1979 apud DE SOUZA et al, 2014, p. 161)), “as normas sociais atuam como dispositivos de poder na sociedade”.

3.9.2 O cotidiano escolar para as pessoas trans

A escola, como instituição social, é parte da sociedade. Portanto, não está “imune aos valores, preconceitos, hierarquias e diferenças socialmente vigentes e fazem parte do contexto escolar, muitas vistas como naturais e reproduzidas nas suas práticas cotidianas”. (MISKOLCI, 2014, p. 145). “Logo, os valores e as relações hierárquicas socialmente vigentes fazem parte do cotidiano escolar de tal forma que podem ser facilmente naturalizadas, ou seja, serem percebidas acriticamente, sem questionamento” (SILVÉRIO, 2014, p. 145).

A escola se constitui em mais um espaço hostil para travestis e transexuais, e conseqüentemente difícil para a afirmação da sua identidade de gênero. A instituição escolar que deveria ser um espaço acolhedor a todas as pessoas, independente da classe social, gênero, orientação sexual, raça, é para alguns segmentos, local de sofrimento, preconceito e violência que podem contribuir para a exclusão e expulsão das pessoas trans. Deste modo inviabiliza a essas pessoas o direito à educação, tão importante vida das pessoas.

De acordo com Louro (2000, p. 18), as coisas se complicam para aqueles e aquelas que se percebem com interesses, desejos ou comportamentos distintos da norma heterossexual. Em defesa da norma, a escola rejeitará e negará a homossexualidade, a travestilidade, a transexualidade e transgeneridade. Os/as autores Barbosa e Silva (2015); Junqueira (2010, p. 33); Balieiro e Risk (2014, p. 162) também argumentam no mesmo sentido.

Pode-se empreender que a escola é um dos ambientes em que são produzidos e reproduzidos os preconceitos e a discriminação, o que acaba por reforçar e legitimar a exclusão de segmentos cujos padrões não correspondam aos dominantes. Para Bento (2011, p. 555), para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. Há um processo de expulsão, e não de evasão. Nesse sentido, a autora coloca em xeque o uso do termo evasão escolar e prefere caracterizar essa situação específica das pessoas trans, como exclusão.

Com relação à questão sobre dados da evasão das pessoas trans das escolas, Silva (2012) citado por Barbosa e Silva (2015, p. 133) assevera que:

há pouquíssimos dados oficiais acerca dos números de evasão escolar de transexuais e travestis, afirmando que, segundo a associação brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) a evasão escolar de transexuais e travestis é de um total de 73% nessa população, a colocando em uma situação de grande desvantagem social frente a alguém cissexual.

Segundo Longaray e Ribeiro (2014, p.113) “muitos sujeitos LGBT são constantemente agredidos por serem enquadrados como transgressores da norma”. Conforme os/as autores os discursos que:

veiculados no espaço escolar reafirmam a heteronormatividade e reforçam a homofobia/transfobia, quando tratam com (in)diferença o preconceito vivenciados por esses sujeitos. As instituições de ensino, que deveriam ser locais de respeito às multiplicidades sexuais e de gênero, tornam-se, então, locais de sofrimento.

Com base no exposto, a escola constitui um ambiente extremamente difícil para as pessoas trans. A instituição da heteronormatividade, como norma, concorrência em vários espaços sociais, podendo ser a escola um espaço que contribuirá para mantê-la incólume. Ela (escola) está absolutamente empenhada em garantir que meninos e meninas se tornem homens e mulheres verdadeiros, isto é, homens e mulheres que correspondam às formas hegemônicas de masculinidade e feminilidade. A escola também promoverá, conforme Louro (2001, p. 89) o processo de ocultamento de sujeitos que fogem à norma:

o ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação às outras identidades. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim “eliminar” esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da “norma”.

“No entanto, a pretensa invisibilidade das pessoas trans no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças”. (LOURO, 1997, p. 89).

Pode-se inferir que a escola além de produzir conhecimento, produz diferenças e desigualdades, que pode contribuir com o processo de exclusão das pessoas do espaço escolar. Segundo Junqueira (2010, p. 33):

O preconceito, a discriminação e a violência que na escola, atingem gays e bissexuais e lhes restringem direitos básicos de cidadania, se agravam enormemente

em relação a travestis e transexuais. Elas, ao construírem seus corpos, suas maneiras de ser, expressar se e agir, não podem passar incógnitas, uma vez que elas, mais do que ninguém, não tendem a se conformar à pedagogia do armário. Não raro, ficam sujeitas às piores formas de desprezo, abuso e violência.

Deste modo, depreende-se que no contexto escolar estão as experiências que desafiam e subvertem as normas de gênero como a travestilidade e transexualidade. As pessoas trans vão estar sujeitas ao preconceito, discriminação, estigmas e violências. Para esse grupo não existe a possibilidade de manter escondida a sua identidade de gênero e sexual.

A escola busca retirar dos espaços escolares aqueles e aquelas que são vistos como desviantes, que estão fora do padrão de normalidade. A imposição de condutas e comportamento heterossexuais pela escola acaba por contribuir com o processo de exclusão, segregação e expulsão das pessoas trans das práticas cotidianas da escola.

Pode-se concluir que o cotidiano escolar é um ambiente bastante difícil para as pessoas trans. A exclusão e expulsão dessas pessoas desse espaço tem implicações graves na vida dessas pessoas e contribui para aloca-las/os à margem da sociedade. É necessário construir um ambiente escolar acolhedor de respeito às diferenças, combatendo a transfobia presente nas práticas cotidianas da escola. A desconstrução e desnaturalização do preconceito e discriminação contra as pessoas trans no cotidiano escolar deve ser prioridade. Faz-se necessário prestar a devida atenção e questionar a ausência das pessoas trans na escola e pensar estratégias para a promoção da permanência dessas pessoas no processo educacional.

Para a transformação da realidade, será necessário traçar estratégias em conjunto com outras instituições e órgãos no sentido de melhorar as condições de vida daqueles e daquelas que por muito tempo e ainda são cerceados das garantias fundamentais da pessoa humana, dentre elas, as pessoas trans o direito à educação.

“Apesar do caráter reprodutivo, normativo dos valores dominantes e excludente, “é no interior da escola que podem emergir medidas que combatam o preconceito a discriminação, desencadeando possibilidades de transformação” na escola e promoção do respeito e valorização das pessoas trans, reduzindo, assim, a evasão. (FRANCO, 2014, p. 204).

Portanto, uma prática de exclusão que reifica as desigualdades sociais, sexuais e de gêneros, e estimula o fascismo, o machismo, o racismo, a homofobia (medo, nojo e/ou aversão a homossexuais), a lesbofobia (medo, nojo e/ou aversão a lésbicas), a travestifobia (medo, nojo e/ou aversão a travestis) e a transfobia (medo, nojo e/ou aversão a transexuais), contribui para o afastamento das pessoas que, por algum motivo se destoam da norma padrão. (DE SOUZA, 2014, p. 163).

4 CAPÍTULO II

Neste capítulo, são apresentados os dados da pesquisa bibliográfica. Nos referenciais bibliográficos evidenciaram-se, os obstáculos e as dificuldades enfrentados pelas pessoas trans em suas trajetórias escolares. Dessa maneira, relatavam: transfobia praticada pelo corpo docente, discente, gestores/as e outros profissionais; discursos religiosos na escola; o impedimento ao uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero e do nome social na lista de chamada e demais documentos. Esses, de alguma forma, consistem em fatores que culminaram para redução do acesso, permanência, ausência das pessoas trans em escolas, ampliando de forma mais significativa, processo de exclusão vivenciado por essas pessoas nas escolas.

Dividiu-se a análise em cinco categorias temáticas, oriundas do referencial bibliográfico, assim, denominadas: i) a relação as/os professoras/es, gestores/as e demais servidores da escola com as pessoas trans; ii) a relação do corpo discente com as pessoas trans; iii) a religião na escola; iv) o uso do banheiro pelas pessoas trans; e v) o nome social.

4.1 A relação do corpo docente, gestores/as e demais servidores da escola com as pessoas trans.

A análise a partir dos referenciais teóricos que embasaram este trabalho, apresentam a escola como espaço heteronormativo, que produz e reproduz o preconceito e discriminação quanto às pessoas trans. Isto, contribui e legitima processos de exclusão das pessoas trans da escola. Peres (2009, p. 251) em “Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira”, argumenta que:

a escola tem dificuldades em lidar com as questões referentes às identidades de gênero e sexual, especialmente quando os sujeitos em foco são pessoas *trans*. Ou seja, isso acaba por resultar em “modelos sociais de exclusão” por meio de ações de violência e/ou, concomitantemente, descaso dessas ações por parte da instituição escolar. Quanto mais enrijecidos e cristalizados forem os valores norteadores dos programas de ensino, quanto mais reguladoras forem as atividades formadoras, mais reificação de desigualdades, discriminação e exclusão social será estabelecida.

De forma similar, essa discussão foi também reiterada pelos/as autores: Bohm (2009, p. 81) “criada para transmissão e garantia dos saberes hegemônicos, a escola vive hoje um momento de tensionamento em relação ao ingresso de novas e estranhas identidades, para as quais não foram previstas vagas”. O efeito perverso de todo o processo que reitera a

heteronormatividade na escola é que muitos/as desses/as “anormais”, não suportando a sensação de ser estranho em seu próprio cotidiano, acabam abandonando os estudos. (LIMA et al, 2012, p. 10). A prática heterossexista infligida pela escola, “como uma monocultura, acaba por colocar para fora sujeitos que resistem à normatização de suas identidades sexuais e de gêneros, a partir de padrões hegemônicos, tornando evidente, que a “discriminação e o preconceito são fatores determinantes no fracasso escolar e na evasão de sujeitos gays, lésbicas, travestis e transexuais do espaço escolar”. (JÚNIOR, 2012, p.142). A escola exercita uma pedagogia que (re)produz práticas hegemônicas de sexualidade e de gêneros, negando e excluindo as posições de sujeitos que se desviam do esperado. (LONGARAY, 2014, p. 107).

Bento (2011), Miskolci (2014), Junqueira (2009), Louro (1997, 2000), Miskolci (2014), Peres (2009), Balieiro e Risk (2014) dentre outros. Discutem como a escola opera como um dispositivo de regulação da sexualidade, de naturalização e universalização da heterossexualidade, tomando a condição travestilidade e transexualidade como desviantes e anormais.

Os/as autores Bohm (2009, p. 81), Miskolci (2014, p. 101,106), Junqueira (2009, p. 25); Borrillo (2009, p. 22) e Peres (2009, p. 245), apresentam a escola como espaço heteronormativo, que produz e reproduz o preconceito e discriminação quanto às travestilidades e transexualidade, sendo os/as docentes, gestores/as e demais servidores descritos, em sua maioria, como transfóbicos e discriminadores. Por meio da rejeição, violência física e estigmas, se impõe a norma heterossexual e desqualifica às travestilidades e às transexualidades.

As violências sofridas pelas pessoas trans no contexto escolar, devido inadequação às normas de gênero, são negadas, silenciadas e sem intervenção por parte dos/as docentes e demais profissionais da escola e, muitas vezes são culpabilizados/as pela violência sofrida (PERES, 2009, p. 245), (TORRES e Vieira, 2015, p. 48), (ANDRADE, 2012, p. 248). “Eram tratados com indiferença, no sentido de que, muitas vezes, eram ignorados/as, sendo posicionados/as, em vez de vítimas, como culpados/as das cenas de agressão física, exclusão e de preconceito no âmbito escolar”. (LONGARAY, 2014, p. 14).

A análise a partir dos referenciais retrata um cenário escolar, onde não há por docentes e gestores/as interesse de resolverem e problematizarem as situações de violência, preconceitos e discriminação praticadas contras as pessoas trans na escola. Docentes, gestores/as se esquivam da responsabilidade de fazer alguma intervenção no sentido e problematizar as situações de violência, e ignoravam as situações de preconceitos e discriminações (BOHM, 2009, p.61-63). Evidentemente, os/as próprios/as profissionais da

educação “nem sempre se mostram dispostos a fazer um diálogo mais aprofundado ou a adotar medidas que favoreçam o avanço dos direitos sexuais” e, “portanto não conseguem educar os/as estudantes para lidar com as diferenças. (JUNQUEIRA, 2009b, p. 173). A violência física recorrente era executada por colegas e testemunhada por demais colegas, funcionários da escola, sem reação nenhuma reação e disposição para intervenção. Além de ser alheia aos maus-tratos, a escola pode instigar e produzir certos abusos. (TORRES, 2015, p. 45). A escola é um dos principais desencadeadores desses processos de exclusão, expressos por uma violência anunciada, em sua maioria, por parte do corpo discente e outra violência velada e/ou silenciada, pelos/as agentes escolares. (FRANCO, 2012, p. 107).

Os estudos retratam sobre a construção e manifestação da identidade de gênero, para as pessoas trans se constitui em um processo doloroso e carregado de preconceitos e discriminação. A escola para as pessoas trans pode se constituir em mais um espaço de exclusão e expulsão, já que, muitas vezes, não possibilita a afirmação da sua identidade de gênero. (PERES, 2009, p. 245). “As travestis, transexuais e *gays* femininos quando, ainda na infância, desenvolvem *performances* e gostos (por exemplo, os brinquedos) identificados como impróprios para seu gênero são sistematicamente perseguidos nos ambientes escolares. Daí o índice de travestis e transexuais analfabetas ser tão elevado”. (BENTO, 2011, 101). Segundo De Souza, (2014, p. 170):

A maioria das transexuais, ao contrário, deseja vivenciar e assumir o quanto antes a sua identidade gênero, concentrando-se na ressignificação do seu corpo e adotando o comportamento feminino. Porém, ao fazer isso, percebem que a escola se torna um local praticamente inóspito para elas. Essa situação se mostra de uma perversidade muito grande, pois, assim, é negado a essas pessoas o direito de serem elas mesmas, enquanto investem em seu futuro.

De Oliveira et al (2016, p. 332) também trata das dificuldades e sofrimentos que as pessoas trans passam diante da afirmação de identidade de gênero, diante da família e sociedade:

dificuldades e sofrimentos permeiam o esconderijo da manifestação do gênero com o qual pessoas transexuais e travestis se identificam. Uma vez reclamada a identidade de gênero, torna-se muito mais difícil a aceitação, de maneira geral, pelos familiares em razão da dificuldade em escondê-la.

Não se trata de homossexualidade, como muitos pensam. Araújo considera privilegiado o caso de homens homossexuais, no sentido de que lhes é possível chegar a “acordo” (mesmo que abusivo) com os pais, de maneira a “camuflar” a sua sexualidade para que as demais pessoas, além da família, não tenham conhecimento da “vergonha” que a homossexualidade traz.

Quando o assunto é a travestilidade e a transexualidade, a “camuflagem”, objeto de “acordo”, torna-se mais difícil. Não é possível que uma pessoa trans assuma sua

identidade de gênero apenas com a família, escondendo-se dos demais. Ou assume plenamente a identidade, ou sofre-se escondendo de todos..

O estudo aponta que docentes, gestores/as e demais servidores “não intervêm junto as questões que permeiam o cotidiano das pessoas trans no contexto escolar por despreparo, falta de conhecimento, dentre outros fatores”. (DE OLIVEIRA, 2016, p. 330).

“As piadas, atitudes preconceituosas, brincadeiras constrangedoras e humilhação praticadas por docentes e direcionadas às pessoas trans (PERES, 2009, 247); “a negação sobre a existência dessas pessoas no contexto escolar e o descompromisso acerca das discussões sobre questões que envolvem esses segmentos, ocorrem nos espaços escolares”, docentes e gestores não intervêm, alegando não saberem como fazê-lo” (NEVES, 2015, p. 265) e por isso se calam diante de tantos atos de preconceito e discriminação”. (MELLO, 2012, p. 140).

Segundo De Oliveira et al (2013, p. 330) o sofrimento das pessoas trans no ambiente escolar é causado pela incapacidade de professores/as e demais servidores da escola. Assevera os autores:

travestis e transexuais não sofrem apenas através das manifestações diretas de outras pessoas no ambiente escolar, mas também em razão do despreparo de professores e demais profissionais de educação para com a realidade vivenciada por essa população. É comum que o corpo docente não saiba como lidar com alunas e alunos transexuais e travestis, desrespeitando seus nomes sociais (alegando a “necessidade”, imaginamos o porquê, de chamar-lhes pelo nome que consta em seus registros civis), invisibilizando as violências sofridas em razão dos colegas de classe, diminuindo as pautas dessas alunas e alunos, etc. (DE OLIVEIRA et al, 2013, p. 330).

De Souza (2014, p.170) aponta que:

a maioria das transexuais, ao contrário, deseja vivenciar e assumir o quanto antes a sua identidade gênero, concentrando-se na ressignificação do seu corpo e adotando o comportamento feminino. Porém, ao fazer isso, percebem que a escola se torna um local praticamente inóspito para elas. Essa situação se mostra de uma perversidade muito grande, pois, assim, é negado a essas pessoas o direito de serem elas mesmas, enquanto investem em seu futuro.

O autor Júnior (2012, p. 65) aponta que:

em relação às políticas educacionais específicas no enfrentamento e prevenção ao heterossexismo e transfobia, docentes e gestores/as reconhecem que não aplicam muitas das recomendações instituídas nas políticas e planos anuais porque sentem que não estão preparados/as para atuar na área das diversidades sexuais e da transfobia, também receiam que as famílias se oponham que esses temas sejam abordados nas escolas. Como esses temas deveriam ser tratados de maneira transversais, docentes pela falta de tempo e por não se sentirem preparados/as e não há cobrança pela os gestores/as, preferem ignorar o tema e só falar dele quando são questionados pelos os/as estudantes.

Segundo Cardoso e Leonel (2015, p. 8) ao debater com educadores sobre “a transfobia, é comum e coerente a afirmação de que professores e demais profissionais da educação não possuem formação para lidar com a temática em seu ambiente de trabalho”. Porém é indispensável destacar, segundo Leonel e Cardoso (2015, p. 9) que:

nos últimos anos, a partir do programa nacional “Brasil sem Homofobia” o governo federal investiu milhões em cursos de formação presencial e a distância (mais comuns no atual governo), gratuitos, para a formação exclusivamente de profissionais das redes públicas de ensino. Tais iniciativas, apesar de caberem críticas e avaliações, devem ser melhor aproveitadas pelos profissionais da educação, que poderiam ocupar as vagas ociosas e contribuir para o aprimoramento destas iniciativas. Os diversos cursos já realizados no país produziram materiais (livros, vídeos, jogos, etc) que foram disponibilizados na internet e distribuídos nas escolas, e que podem ser excelentes materiais para consulta e apoio pedagógico.

O estudo retrata que há sobreposição de ações de enfrentamentos e combate à transfobia no espaço escolar. Para os autores Mello (2012, p. 113) e Junqueira (2012, p.181):

a elaboração de estratégias para o combate a transfobia, a exclusão das pessoas trans na instituição, estão pautadas na “hierarquização”, que estabelece que todas as outras demandas – tais como analfabetismo, evasão escolar, racismo – devem ser resolvidas primeiro, antes de se tratar do assunto; e (talvez) a estratégia mais conhecida por todas/os: a “negação”, que invisibiliza a existência da transfobia e de pessoas trans nos espaços escolares.

Pode-se inferir que a escola é um local que desencadeia severas recusas contra aquelas e aqueles que desviam da heteronormatividade. Professores/as, gestores/as e outros/as profissionais foram os principais vetores dessas recusas, promovendo um espaço de muito sofrimento e difícil para a permanência das pessoas trans na escola. Nesse contexto, há a necessidade de repensar a responsabilidade dos/as professores e gestores/as educacionais na (re) produção de situações transfóbicas nas práticas escolares e o efeito dessas práticas no agir do corpo discente junto às travestilidades e transexualidades presentes na escola.

Quanto ao despreparo, é importante, docentes, gestores e demais se apropriarem do material disposto no programa nacional de combate à homofobia e transfobia, para o aperfeiçoamento no trata das demandas das pessoas trans e contribuindo no enfrentamento à transfobia, conseqüentemente diminuindo o sofrimento e a exclusão dessas pessoas no contexto escolar. Também é urgente a priorização na elaboração de estratégias para o combate à transfobia na escola e para contribuir na permanência das pessoas trans nesse espaço.

Quando se discute sobre questões, como melhorar as condições de vida escolar das pessoas trans, não está privilegiando a esse segmento, mas, é garantir qualidade de vida destas

peessoas, que por muito tempo e ainda são cerceados de um direito fundamental, o direito à educação.

4.2 A relação do corpo discente com as pessoas trans

O estudo apontou que as pessoas trans eram alvo de atitudes transfóbicas sobrevindas dos/as estudantes. “A exposição a formas de violências exclusivamente anunciadas, na qual o corpo discente e docente se unificava como vetores desse processo. Um relato, em sua biografia revelou um contexto de sala de aula no qual uma pessoa trans foi agredida verbalmente pelos colegas de turma” (FRANCO, 2014, p. 113). As atitudes transfóbicas, vão desde piadas, gozações, brincadeiras, agressões verbais e físicas. (REIDEL, 2014, p. 56.). PERES (2009, p. 247) relata situações de violência, onde “alunos/as trans eram constantemente molestadas/os e agredidas/os por outros meninos”. “É importante enfatizar que os resultados dessas humilhações são tão letais quanto à própria violência física, já que suas ações têm como princípio afetar a valorização pessoal, a autoconfiança e a confiança no outro, a começar pela imparcialidade do/a educador/a diante dessa situação” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2015, p. 9).

Desde muito cedo, meninos e meninas aprendem, na escola, “piadas e gozações, apelidos e gestos para se dirigirem aqueles e aquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e sexualidade admitidos na cultura que vivem” (LOURO, 2010, p. 28 citado por OLIVEIRA JÚNIOR, 2015, p. 9). Consentida e ensinada na escola, a homofobia/transfobia se expressa pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição ao ridículo a homossexualidade, a travestilidade e transexualidade, como essas fossem ‘contagiosas’ (LOURO, 2000, p. 20).

A relação das pessoas trans com os demais colegas, é marcado pelo exercício do bullying (BOHM, 2009, p. 81). A transfobia, o preconceito e a discriminação advindos de alunos/as praticados contra as pessoas trans se constitui uma realidade e se apresenta como fator que corrobora com o processo de exclusão e expulsão dessas pessoas da instituição escolar. “O abandono da escola por preconceito e discriminação constitui-se em uma possibilidade muito evidente, tendo em vista a interferência que essas situações produziram no rendimento escolar desses sujeitos”. (SANTOS, 2012, p. 169).

Neste contexto, são significativas as consequências individuais e sociais de alunos e alunas “sobreviverem a situações de violência, humilhação e deslegitimação por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, muitas vezes consentidas/efetuadas pela escola (docentes, gestores/as, alunos/as). (Cardoso e Leonel, 2015, p. 8). “E pela família, e a

posterior marginalização de direitos e acessos a serviços e políticas públicas como trabalho, saúde e segurança pública, habitualmente associados à vulnerabilidade social e uma baixa escolaridade”. (PERES, 2009, p. 238).

É relevante observar que “o preconceito e a discriminação não se restringe apenas às pessoas diretamente estigmatizadas, mas também atingem aquelas que fazem parte de seu convívio”. (PERES, 2009, p. 253).

“A urgência do debate sobre preconceito e diversidade sexual dentro dos ambientes escolares, não apenas para a inclusão dos grupos discriminados, mas para a garantia de propostas pedagógicas mais eficazes para todo o corpo discente e para a sociedade em geral”. (Cardoso e Leonel, 2015, p. 9)

“É imprescindível promover reflexões com alunos e alunas a respeito das novas identidades de sexuais e de gênero” (PERES, 2009, P. 262). “Analisar com os/as discentes as atribuições e significados de gênero e sexualidades dominantes e excludentes”. (FIGUEIRÓ, 2009, p.160). É preciso criar espaços de respeito e convívio pacífico entre todas e todas que compõem a escola. E por fim, “reconhecer que jovens, gays, lésbicas, transexuais, transgêneros e bissexuais também lá estão para estudar e necessitam aprender sobre si mesmos e aprender que têm direitos”. (FIGUEIRÓ, 2009, p.160).

4.3 Religião na escola

“Alguns setores religiosos condenam as pessoas trans e todas as outras identidades de gênero e sexuais que fogem aos padrões heteronormativos, justificando, muitas vezes que o sexo é visto como pecado, quando não feito para a reprodução”. (REIDEL, 2013, p. 30).

O estudo apontou que os discursos e valores religiosos na escola, acabam contribuindo com a discriminação e preconceito praticados contra as pessoas trans. No que concerne aos valores religiosos, observou-se que, na escola, frequentemente, eles funcionam como forma de cercear, barrar e invalidar as pessoas que “estão fora” do padrão heterossexual (TORRES e VIEIRA, 2015, p. 50). “O elemento da religiosidade funciona como um dificultador da permanência das pessoas trans na escola, e os problemas são ampliados quando a escola está sob a gestão “de um padre” ou com uma “diretora evangélica””. (REIDEL, 2013, p. 30). A instituição escolar se constitui como promotora do preconceito e da discriminação, juntamente com outras instituições da sociedade. “As pessoas trans são os sujeitos que mais sofrem na escola, por influência dos ensinamentos religiosos presentes na estrutura escolar” (SANTOS, 2011, p. 179). Evidencia-se, que nas escolas o uso de uma pedagogia moralizante que busca

adequar a todos e todas ao comportamento heterossexual, que se alinha ao discurso religioso, em nome de Deus, da lei e da civilização. (TORRES e VIEIRA, 2015, p. 50).

Segundo Balieiro e Risk (2014, p. 182), considerando o respeito em relação as diferenças religiosas como fundamental no espaço escolar. No entanto, é:

importante desconstruir convenções e normas, sejam elas religiosas, científicas, etc., quando destinadas a dividir e a reconhecer alguns indivíduos como “normais” ou “adaptados” e outros como “abjetos” e “anormais” e, portanto, compreendidos como passíveis de tratamento e cura tal propõem alguns discursos religiosos e científicos.

Ainda os autores Balieiro e Risk (2014, p. 190), ressaltam que:

é preciso compreender que a sociedade brasileira é formada por povos e de origem e culturas distintas cujas manifestações religiosas são variadas e, portanto, gozam do direito de profissão de sua doutrina e fé. No entanto, o respeito à religião não deve se sobrepor aos questionamentos das normas e violências que operam no contexto escolar conforme seu gênero e a sexualidade. As concepções de fundo religioso trazidas pros alunos/as e docentes devem ser respeitadas, mas também problematizadas e questionadas, quando reforçam a discriminação de alguns ou reproduzem a violência simbólica de modo a criar um campo propício a preconceitos.

O combate à discriminação e ao preconceito, que atingem estudantes que não se conformam aos parâmetros da heterossexualidade compulsória, está entre os desafios apontados tanto por gestoras quanto por ativistas para a implementação de políticas públicas para a população LGBT na área de educação. “Sejam do governo, sejam da sociedade civil, é o fundamentalismo religioso que dificulta a implementação de projetos, obstaculiza a realização de debates e evita que essas discussões saiam do papel”. (NEVES et al, 2012, p. 116).

No país, tem-se presenciado um discurso de ódio, aversão dentro de algumas religiões contra gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans. “Esse fenômeno potencializou-se em razão do Plano Nacional de Educação (PNE), que trouxe a reflexão acerca da necessidade de se discutir Gênero e Diversidade nas escolas. Foram retiradas desse plano as referências à promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual contidas no texto”. (BONASSI et al, 2015, p. 94). A retirada do termo gênero dos Planos de Educação, nos níveis federal, estadual e municipal tem sido recorrente em 2015, “a partir dos grupos de parlamentares associados a fundamentalismos religiosos que se utilizam conhecidos argumentos de base essencialista biológica: homem é homem e mulher é mulher, conforme assignado pelo seu sexo biológico ao nasce”. (DE OLIVEIRA e PORTO, 2016, p. 327).

Em relação a essa questão, pode-se citar o Plano Municipal de educação em Governador Valadares, como em várias outras cidades, não foi aprovado a discussão de gênero e sexualidade na escola sob a alegação da questão ser uma afronta à família. O veto da discussão no Plano Municipal de Educação sobre gênero, sexualidade e diversidade, é um retrocesso na perspectiva da garantia e promoção dos direitos humanos e fere o preceito da laicidade do país. A questão daqueles e daquelas eleitas pelo povo para legislarem em defesa dos direitos da população, e que se dividem em grupos bancadas políticas vão de encontro na promoção e garantia dos direitos da pessoa humana.

A ausência da laicidade no contexto escolar é tida como mais um obstáculo da permanência das pessoas trans (TORRES e VIEIRA, 2015, p. 51).

O artigo 3º da Constituição Federal estabelece que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e sobre a laicidade estabelece que “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou manter com as igrejas ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

Deste modo, pressupõe que as pessoas devem ser valorizadas e respeitadas, independentes de classe social, gênero, sexualidade e raça. A escola como espaço público deve estar isenta de qualquer crença, valores morais e religiosos. “O que precisa ficar claro para toda a comunidade escolar é que a escola pública e, é como o próprio nome diz, um espaço público. Local de aprendizagem e de negociação das diferenças”. (SEFFNER, 2009, p. 133). “Não existem pessoas menos ou mais merecedoras de estar na escola e nela estudar. Todos merecem estudar”. (SEFFNER, 2009, p. 134). Também, é preciso ter em mente que a escola é laica, isto é, enquanto instituição pública ela não se pauta em valores religiosos e muito menos responsável pela reprodução de conteúdos religiosos. Um educador cuja religião nega ou condena a travestilidade e a transexualidade não pode simplesmente negar ou condenar um aluno/a trans. “Esse educador precisa ter claro para si que os seus valores são, antes de tudo, seus. Que o aluno diante dele pode ter outros, ou precisa saber que existem outros para pode escolher. E que tem direito de tê-los, assim como ele próprio. Se não entendermos que a religião é uma escolha, e não uma imposição, não vamos nunca conseguir estabelecer uma relação de respeito com o outro”. (CARDOSO e FREITAS, 2015, p. 8).

Segundo Bortoline (2008, p. 18) citado por Cardoso e Freitas (2015, p.8):

“ao longo da nossa história muito já se destruiu em nome de um Deus. Nações indígenas tiveram sua cultura destruída em nome de uma salvação religiosa, cientistas foram perseguidos e mortos, mulheres queimadas em fogueiras, se fizeram e ainda se fazem centenas de guerras em nome da fé. Precisamos aprender com a nossa própria história e descobrir uma nova forma de viver as nossas crenças, sem isso significar que temos de impor aquilo que acreditamos aos outros”.

A escola precisa, ser acolhedora a todos e todas. Filhos e filhas de pais ou mães travestis ou transexuais (como também filhos e filhas de gays e de mães lésbicas) precisam ter o direito de falar sobre sua família, de convidá-la a frequentar a escola, de receber amigos e colegas em casa sem medo de preconceito, sem que sejam considerados família de segunda categoria. (MELLO et al, 2009. p. 176).

“Embora a religião, ao longo de muitos séculos, tenha exercido uma forte influência sobre a sexualidade humana, fazendo da mesma um objeto de preocupação moral ao ditar normas e controlar o seu cumprimento”. (FIGUEIRÓ, 1996 apud Ferreira, 2009, p. 41). Sabe-se, que a sexualidade “é uma construção social e cultural marcada por relações de poder e hierarquias, e, a partir deste saber, é possível problematizar posturas que contribuem para naturalizar as diferenças, reiterar as normas sociais e as diversas modalidades de violência relacionadas a elas”. (BALIEIRO e RISK, 2014, p. 190).

4.4 Uso do banheiro

Na análise, a partir dos referenciais, o uso do banheiro pelas pessoas trans na escola, constitui uma questão emblemática, pois o impedimento ao uso banheiro causas situações de sofrimento e discriminação. E conseqüentemente, a exclusão e abandono dos estudos. “O uso do banheiro na escola, para a maioria dos sujeitos da pesquisa, é um complicador da permanência de travestis e transexuais nas escolas.” (SANTOS, 2010, p. 162;). De forma específica, as narrativas sobre o banheiro da escola evidenciam esse espaço escolar como interdito às mulheres transexuais e travestis. (SANTOS, 2010, p. 164). “Travestis e transexuais vivenciam cotidianamente situações conflituosas envolvendo o banheiro”. (LIMA, et al, 2012, p. 3). “O uso do banheiro, que para a maioria das pessoas é algo simples e rotineiro, para as pessoas trans, representa um grande desafio e pode desencadear enormes constrangimentos, sofrimento e corrobora para o abandono dessas pessoas da escola”. (BERNARDO e SOUZA, 2014, p. 167-168).

A análise mostra que o universo trans e escola, “no qual a utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero dessas pessoas, tornaram-se os mais significativos demarcadores de gêneros possíveis no ambiente escola”, confirmando que “[...] a escola, que

se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heteronormatividade.” (BENTO, 2008, p. 129 apud FRANCO, 2014, p. 140). O banheiro é uma realidade para as pessoas trans que vivem na fronteira da heteronormatividade. “O banheiro, principalmente o público, foi feito dentro dos padrões heteronormativos, ou seja, a norma é ter um banheiro masculino, para homens, e um banheiro feminino, para mulheres. E, para travestis e transexuais, haveria um terceiro banheiro?”. (REIDEL, 2013, p. 94). “Além de falas preconceituosas e por vezes absurdas, é o caráter normativo que a questão do banheiro envolve. Se só há banheiro para meninos e meninas na escola (e nos demais espaços sociais), “logo, só podem existir meninos ou meninas! Travestis e transexuais não tem lugar na escola”. (CRUZ, 2011 apud LIMA, et al, 2012, p. 3). Dessa forma, “o binarismo do banheiro também atualiza a heteronormatividade, pois o argumento que impossibilita o uso compartilhado do banheiro por meninas e meninos é o controle da sexualidade nesse espaço, como se não pudesse existir relações sexuais entre duas meninas no banheiro, por exemplo”. (CRUZ, 2011 apud LIMA, et al, 2012, p. 3).

O banheiro é também um espaço de violência, onde uso deste, pelas pessoas trans se torna inviável e arriscado. “O constrangimento vivenciado por pessoas trans no uso do banheiro, muitas vezes, antecede a estruturação de suas identidades de gênero e sexual, seja na Educação Infantil, Básica ou Superior”. (FRANCO, 2014, p. 140). A/o autor/a em sua pesquisa, vários relatos apontaram, o banheiro como espaço de vivências de violências ainda na infância, em processo de transformação. Franco (2014, 140) aponta que:

para as demais professoras, seus relatos se referem a um período anterior à sua transformação, no qual a proximidade ou o trânsito pela homossexualidade fazia do banheiro um espaço de vivência da violência anunciada e materializada, embora exceções ocorressem. Conforme o relato de Geanne, por exemplo, afirmou nunca ter vivido constrangimentos em relação à utilização do banheiro, antes e após a sua transformação. Para aquelas que vivenciaram constrangimentos, maiormente, na Educação Básica, várias delas foram surpreendidas por garotos expondo seus órgãos genitais nesse ambiente escolar. Em decorrência disso, “não utilizar o banheiro” tornou-se uma das.

Segundo Louro (1997, p.58) a escola, por meio de símbolos e códigos, designa o que cada um/a pode ou não fazer por meio da separação e instituição de normas, definindo espaços possíveis e vivíveis aos sujeitos. A autora afirma ainda que

Ainda segundo Louro (1997, p. 58) “o prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos”. “Logo, o banheiro representa um

consistente divisor de águas entre espaços possíveis ao masculino e ao feminino. Para pessoas *trans*, torna-se um espaço inabitável e, ao mesmo tempo, arriscado. (FRANCO, 2014, p. 146).

O/a autor/a Cruz (2011) citado por Lima et al (2012, p. 2)., “a partir de cursos de especialização para educadores, oferece um panorama de como professores e diretores de escola lidam com a situação envolvendo banheiros e as pessoas *trans*”. Segundo os/as autores/as:

alguns/mas participantes dos cursos defenderam a utilização do banheiro masculino, atendo-se ou à questão do sexo biológico como o norteador do gênero, ou motivados pela preservação dos direitos das meninas em não compartilhar seu banheiro com “não mulheres”. Outros/as defendem que utilizem o banheiro feminino, seja porque travestis e transexuais (femininas) se apresentam como mulheres, ou porque, no banheiro masculino, elas são alvo de preconceito e violência por parte dos meninos. Há também o argumento de que elas só devem usar o banheiro feminino após a realização da cirurgia de adequação sexual. (Ou seja, o problema é ter um pênis!). Mas há os que defendem, para sair dessa polêmica dicotômica, a utilização do banheiro dos/as professores/as ou do/a diretor/a, ou ainda os que vislumbraram a criação de um terceiro banheiro, exclusivo para uso LGBT. Há ainda a “solução” dada por uma estudante de psicologia que frequentava o curso: “que faça xixi em casa”.

Segundo Barros e Ribeiro (2011, p. 53), a problemática dos banheiros separados não se limita apenas a separar meninos de meninas, mas também a causar problemas referentes a sujeitos que não se adaptam nesses moldes designados aos gêneros, como os bissexuais, transexuais, transgêneros, lésbicas e *gays*. Para Teixeira e Raposo, (2009, p. 9 e apud BARROS e RIBEIRO, 2011, p. 53), essas “múltiplas formas de sexualidade e gênero que ora ganham visibilidade pública e civil questionam a distinção binária de sexo/gênero, expressa nos banheiros públicos, para apontar a sua insuficiência e sua inadequação”. “Esse tipo de lógica está baseada na concepção binária, ou seja: ou se é homem ou se é mulher; ou se é menino ou se é menina. Por esse viés, a feminilidade e masculinidade só podem ser de uma maneira, como se só houvesse um modo, único e singular, de viver e definir os gêneros”. (BARROS e RIBEIRO, 2011, 54-55). Para Louro (1997, p. 34), “mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como ‘verdadeiras/verdadeiros’ mulheres e homens, fazem crítica a esta estrita e estreita concepção binária”. “Nas escolas, a simples implementação de banheiros unissex pode contribuir para o rompimento dessa dicotomia, tão presente em nossa sociedade”. (BARROS e RIBEIRO, 2011, 54-55).

Conforme Lima (2012, 11) “criar um banheiro exclusivo para LGBT, como realizado pelo diretor de um colégio de Londrina (PR), apesar da aparente perspectiva inclusiva dessa população na escola, é mais uma prática de discriminação”. “A Associação de gays, lésbicas,

bissexuais, travestis e transexuais (AGLBT) encaminhou um ofício para a Secretaria Estadual de Educação do Paraná solicitando uma intervenção na referida escola, no sentido de suspender a criação desse terceiro banheiro e evitar que esse exemplo seja replicado em outras unidades de ensino”.⁵ *LIMA, 2012, p. 11).

Para Cruz (2011, p. 86) citado por Lima et al (2012, p.11), o debate envolvendo o banheiro aponta “o quanto a escola reitera as normas de gênero e sexualidade, transformando aqueles/as “sem banheiro” em abjetos/as, em sem lugar. Impedir o acesso ao banheiro ao qual travestis e transexuais desejam utilizar é um sinal do cheiro fétido da transfobia pautada no fundacionalismo biológico”. “O banheiro serve como marcador dos corpos generificados, que ratificam as normas de gênero. Sendo assim, “a utilização dos banheiros pelas pessoas trans gera desconforto e violência, pois coloca em xeque a divisão dos espaços, a partir dos critérios que alinham sexo, gênero e prática sexual”. (TORRES e VIEIRA, 2015, p. 54) A escola, ao dizer que travestis e mulheres transexuais não podem usar o banheiro feminino, está dizendo que não há banheiro para travestis e transexuais na escola e, em última instância, que não há espaço de existência possível para travestis e transexuais no sistema educacional (LIMA, et al, 2012, p. 11).

Portanto, faz-se necessário problematizar as práticas escolares que, sutil ou explicitamente, acabam por discriminar, excluir e, em último caso, expulsar aquelas/es que desafiam a norma hegemônica de corpo-sexo-gênero-sexualidade-desejo. (LIMA, 2012 p. 11). “Cabe problematizar os nós do nome social e do banheiro que estabelecem zonas de exclusão”. (TORRES e VIEIRA, 2015, p. 54).

4.5 O nome Social

O nome social é o nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero. (JESUS, 2012, p.30).

A análise a partir dos referenciais apontou que o não reconhecimento e impedimento do nome social na lista de frequência e demais documentos e mesmo no cotidiano escolar, se constitui como obstáculos na permanência das pessoas trans no contexto. “A problemática narrada nessas experiências que subvertem as rígidas normas de gênero potencializa o nome como uma questão importante, bem como a sua representação para sujeitos transexuais e

⁵ Disponível em: <http://brasil.gay1.com.br/2012/02/diretor-cria-banheiro-exclusivo-para.html#>. Acesso em: 09/05/2016.

travestis”. (SANTOS, 2010, p. 156). “O impedimento do uso do nome social pelas pessoas trans, além de causador de constrangimentos, tornam-se fatores que favorecem a exclusão e expulsão dessas pessoas da escola”. (BERNARDO e SOUZA, 2014, p.167). Professores/as também agiam de forma preconceituosa com relação ao seu nome, isto é, insistiam em chama-la pelo seu nome civil. (LONGARAY et al, 2014, p. 107). “Esta nova configuração de identidade tem utilizado o termo nome social para identificar as transexuais e travestis que assumem suas identidades perante a sociedade, no entanto, ele denota um problema, à medida que o nome civil ainda é masculino, contrapondo-se ao gênero adotado”. (REIDEL, 2014, p. 87).

Os obstáculos enfrentados na utilização do nome social por pessoas trans constituem como um demarcador da recusa desses sujeitos pelas instituições escolares. Isso também confirma o artifício da exclusão invisibilizado pelo discurso da evasão escolar. (FRANCO, 2014, p.120). Segundo César (2009, p. 120) citado por Franco (2014, p. 120), a recusa de docentes e gestores/as da escola em aceitar o nome social tem sido uma das causas na evasão das pessoas trans da escola. Os/as autores/as asseveram:

os relatos oriundos de fontes diversas sobre a experiência transexual demonstram que por parte de professores/as e diretores/as das escolas a recusa em aceitar o nome social tem sido uma das principais causas da evasão escolar para transexuais e travestis. (...) O reconhecimento do nome social representa a forma principal de produção da subjetividade na experiência contemporânea da transexualidade. Os artefatos escolares como as listas de chamada, os exames e mesmo uma simples abordagem em sala de aula fazem uso dos nomes e estes nomes estão demarcados no interior das regras normativas do sistema corpo-sexo-gênero. Como a experiência transexual é justamente aquela que coloca em xeque este sistema normativo, esta não tem lugar em instituições que, como a escola, apesar das muitas transformações sofridas, insiste em preservar as normas desse sistema, reconhecendo exclusivamente as subjetividades originadas em seu interior.

O impedimento do nome social na lista de frequência torna fator de piadas, constrangimento advindos dos/as colegas. “Quando chamada pelo nome masculino, alguns colegas aproveitam para zombar das travestis, elas passam a ser alvo piadas, motivos de gracinhas. Magoadas com tamanho constrangimento, algumas preferem desistir da escola, mas outras resistem para obterem a alegria de ser reconhecida na hora da chamada como garota, e não garoto”. (ANDRADE, 2012, 192). Nome social na chamada eram motivos de constrangimento e inquietação. (TORRES E VIEIRA, 2015, p. 48). Ainda segundo as autoras são constatadas situações de humilhação, constrangimento, reiterando a norma de gênero. Aponta as autoras:

constatamos mais acentuadamente rituais de humilhação e de depreciação coletiva, que reiteram norma de gênero – xingamentos “Veado”, “doente”, olhares insistentes, risadas, piadas, provocações, uso constante do nome civil (mesmo após pedido do uso do nome social) e violência física. As agressões verbais eram frequentes, como modo de correção e punição pelo desvio sexual. (TORRES e VIEIRA, 2015, p. 49).

Segundo Andrade (2012, p. 193) as pessoas trans obrigadas a passar pelo constrangimento de serem tratadas pelo nome com o qual não se identificam (nome de registro). A autora aponta:

Esse nome de registro pode até induzir seus nomeados a viver uma história definida e previsível, porém estes são singulares, não uma réplica de outro, podem ter outros sonhos, outros desejos, trilhar um novo caminho, uma nova história. A travesti é uma vítima desta normatização, pois o nome pelo qual foi nomeada (na certidão de nascimento) a apresenta de uma —forma falsa quando comparada com o gênero (feminino ao invés de masculino). Isso promove uma autonegação e consequentemente constrangimentos por se apresentar socialmente como mulher, mas ser nomeada como homem em seus documentos oficiais. Na escola, no hospital, no emprego, no hotel, no aeroporto, na rodoviária, na delegacia, etc., somos obrigadas a passar pelo constrangimento de ser tratadas pelo nome com o qual não nos identificamos (nome de registro).

Conforme Andrade (2012, p. 193) algumas mudanças vêm ocorrendo por causa da luta dos movimentos sociais e de seus representantes, a exemplo da 1ª Conferência Nacional LGBT, realizada em junho de 2008, a partir da qual surgiram as seguintes propostas relativas à educação:

12. Propor, estimular e garantir medidas legislativas, administrativas e organizacionais, para que em todo sistema de ensino seja assegurado a estudantes e profissionais da educação travestis e transexuais o direito de terem seus nomes sociais, nos documentos oficiais das instituições de ensino, assim como nas carteiras estudantis, sem qualquer constrangimento para seu/sua requerente, e de usufruírem as estruturas dos espaços escolares em igualdade de condições e em conformidade com suas identidades de gênero, podendo ser integradas ao Programa de inclusão educacional. (*Documento Final*, p.25)⁶.

Para travestis e transexuais, assim como para todas as pessoas, “o nome pelo qual se reconhecem e são reconhecidos/as pelos outros é algo muito importante que está diretamente ligado à definição de pessoa e de seu lugar no mundo. Também relevante é o processo de construção da identidade, que marca a todos ao longo da vida nas vivências sociais e subjetivas”. (SABATINE, 2014, p. 78).

⁶ BRASIL, Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis. Documento final, Brasília, 2008 citado por Andrade, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa – 2012.

“O desconhecimento da lei do nome social, que dispensa a troca do nome de registro para que se substitua o nome na lista de chamada pelo de escolha da pessoa e a indiferença de professores e professoras daquela escola diante do sofrimento desta adolescente intensificam o conflito”. (PUGLIA, 2014, p. 92).

Segundo Torres e Vieira (2015, p. 52) não seria apenas uma discussão em torno de um nome, mas nos parece que a negativa desse pedido impacta negativamente esse modo de ser:

dentro da sala de aula, o nervosismo de tanto estar chamando a gente pelo nome, não pelo número, porque a gente não quer estar sendo chamado pelo nome de registro, então eu preferi desistir. Até hoje. Tem até um curso, que mandaram eu me inscrever, eu digo: Deus que me livre, pra eu entrar naquela escola? Não minha filha, vou não, deixa eu ficar analfabeta (Bárbara, entrevista pessoal, 9 de abril de 2014).

Assim, em razão desses eventos, o processo de exclusão e abandono da escola para as pessoas trans pode ser inevitável. Incide com os apontamentos realizados por Peres (2009, p. 245) ao discorrer sobre o processo de estigmatização e discriminação vivenciado pelas pessoas trans na instituição escolar.

é importante destacar que a intensidade da discriminação e do desrespeito aos quais as travestis são expostas nas escolas em que desejam estudar leva, na maioria das vezes, a reações de agressividade e revolta, ocasionando o abandono dos estudos ou a expulsão da escola, o que consequentemente contribui para a marginalização, pois bem sabemos da importância dada aos estudos e à profissionalização em nossa sociedade.

Para Torres e Vieira (2015, p. 54) “o nome social e o banheiro e o nome social aparecem como nós, nas máquinas de fazer gênero, elementos que deixam à tona preconceitos e incongruências que estabelecem zonas de exclusão” das pessoas trans da escola.

O reconhecimento do nome social nos na lista de chamada e em todos os documentos da escola e o uso do banheiro de acordo com a sua identidade de gênero das pessoas trans, constitui estratégia para permanência dessas pessoas no contexto escolar. Porém, a falta de implementação e de informação da resolução nas escolas, não surtirá efeito na realidade das pessoas trans. Atuar nessa realidade é primordial o empoderamento desse segmento para que de modo crítico busque a transformação de suas condições.

Pesquisas realizadas pelos autores/as como Andrade (2012), Bohm (2009) e Santos (2010) evidenciaram alguns elementos que foram verificados na presente pesquisa que corroboram na exclusão e expulsão das pessoas trans no contexto escolar.

Andrade (2012, p. 246) em seu estudo, aponta os elementos da escola que influenciam a presença e/ou ausência das travestis no espaço escolar, os quais são:

não reconhecimento do nome feminino da travesti no momento da frequência e mesmo no cotidiano escolar; impedimento de acesso ao banheiro feminino; projeto Pedagógico que não reconhece a existência e singularidades da travesti na escola; ausência no currículo escolar de livro didático de conhecimentos sobre diversidade sexual; falta de formação para a comunidade escolar sobre a diversidade sexual, em especial no que se refere às travestis; desrespeito ao princípio laico do estado; regimento escolar que simbolicamente pune as expressões culturais das travestis na escola; ou a ausência deste induzindo os gestores a determinarem normas fundadas em um habitus heteronormativo; não aceitação ou criação de artifícios para o impedimento da participação das travestis na festa de formatura e em outras celebrações.

Segundo Bohm (2009, p. 81), “a identidade travestis, foco de seu estudo, representa um desafio perturbador à organização e aos princípios heteronormativos que habitam também a escola”. Segundo a autora poucos e raros são os casos de ingresso, resistência e permanência escolar desses sujeitos uma vez que:

a relação das travestis com os demais colegas é marcado pelo exercício do bullying, e, com professores/as e gestores/as, é permeada por muitos problemas como: a recusa de ter o nome social aceito na lista de chamada, por exemplo, e a proibição de poder usar roupas e acessórios femininos dentro da escola.

Para a autora Santos (2010, p. 169), as maiores dificuldades para uma transexual na escola estão relacionadas:

ao uso do nome social, ao uso dos banheiros, às dificuldades nas aulas de Educação Física, à relação com professores e outros profissionais da escola e com a própria instituição. Esses elementos são vistos pelas entrevistadas como grandes fontes de tensões e, muitas vezes, determinantes para o abandono escolar, justificando, inclusive, a baixa escolaridade encontrada na população transexual.

Diante deste contexto, a análise obtida nessa pesquisa mostra que “as escolas, a exemplo da sociedade funcionam como cruéis espaços de interdição, discriminações, isolamento” (BOHM, 2009, p. 83) e exclusão das pessoas trans do espaço escolar.

5 (IN)CONCLUSÃO

Os elementos apresentados na pesquisa constituem entraves e podem corroborar com o processo de exclusão das pessoas trans da escola. A construção da escola, “calcada no respeito à “diferença” e promovam a permanência pessoas espaço, faz-se necessário que todos e todas que compõem a escola estejam atentos/as para as práticas cotidianas na escola” (LOURO, 1997, p. 43) e assim, possam “problematizar, desestabilizar e subverter a transfobia, o preconceito e a discriminação” (REIDEL, 2013, p. 45) praticados contra as pessoas trans no contexto escolar.

Pode-se empreender que, a escola ao falhar no acolhimento e oferecimento de condições de acesso e permanência às pessoas trans no espaço escolar, que vão desde o uso ao nome social na lista de chamada, demais documentos e cotidiano institucional, acesso ao banheiro de acordo sua identidade de gênero, o enfrentamento às violências, preconceitos e discriminações praticadas por docentes, gestores/as, alunos /as e outros sujeitos que constituem o espaço escolar, a falta de laicidade nas práticas cotidianas, ratificam o processo de exclusão e expulsão dessas pessoas desse espaço, lançando-as/os à margem da sociedade, comprometendo o desenvolvimento social, político e econômico e por fim violando o direito à educação.

Nesse contexto, para Bento (2008, p. 129) citado por Franco (2014, p. 54) na escola, o que há um desejo de eliminar todos e todas que não se enquadram nos padrões hegemônicos, e, por vezes, sob o discurso que os/as alunos/as evadiram da escola. Conforme as autoras aponta que:

há o desejo de eliminação e exclusão daqueles/as que contaminam o ambiente escolar existente dentro da própria escola. Isso acaba sendo significado “sob o manto invisibilizante da evasão”, devido à insuficiência de indicadores que apontem com precisão dados sobre a homofobia, lesbofobia e transfobia em nossa sociedade.

Segundo Franco (2014, p. 54), “o que na verdade se efetiva é um processo de “expulsão” que faz com que essas pessoas sejam banidos/as da escola”.

Para Andrade (2012, p. 248) há um processo de evasão involuntária induzida pela escola, na qual os(as) educando(as) são simbolicamente ou não submetidos, por integrantes da comunidade escolar, a tratamentos constrangedores até que não suportem conviver naquele espaço e o abandonem. Para a autora:

esta estratégia, não por acaso, exige os gestores de oficializar o ato de expulsão por temer questionamentos e intervenções externas que possibilitem um recuo na

decisão. Este possível recuo pode representar para os gestores em questão dois riscos: o sentimento de desmoralização perante a comunidade escolar e o retorno da convivência com o sujeito indesejado na escola. Portanto, o processo de evasão involuntária mais se assemelha à expulsão, mesmo não sendo oficializada, que a um processo de evasão voluntária do(a) educando(a) que abandona a escola por escolha própria, eximindo esta de qualquer responsabilidade na decisão.

Em razão desses eventos, o abandono dos estudos pelas pessoas trans se torna inevitável. Isso incide com as observações realizadas por Peres (2009, p. 245)) ao discorrer sobre o processo de estigmatização e discriminação vivenciado por esses sujeitos no contexto escolar que acabam somados a outros efeitos de segregações e exclusão anteriores. O autor Peres (2009, p. 245) assevera:

é importante lembrar que quando as pessoas chegam à escola, elas já viveram alguns transtornos na esfera familiar e comunitária, apresentando uma base emocional fragilizada que as impedem de encontrar forças para enfrentarem os processos de estigmatização e a discriminação que a própria escola, com seus alunos, professores, funcionários e dirigentes, exerce, dada a desinformação a respeito do convívio com a diferença e suas singularidades. A intensidade da discriminação e do desrespeito aos quais as pessoas trans são expostas nas escolas em que desejam estudar leva, na maioria das vezes, a reações de agressividade e revolta, ocasionando o abandono dos estudos ou a expulsão da escola, o que conseqüentemente contribui para a marginalização, pois bem sabemos da importância dada aos estudos e à profissionalização em nossa sociedade.

Nesse contexto, torna-se urgente a inclusão de debates e reflexões a respeito das novas identidades sexuais e de gêneros. (PERES, 2009, p. 262). Há de se pensar cotidianamente em “estratégias educacionais e políticas públicas de combate e enfrentamento às diversas formas de assédio e opressão a que são submetidos/as pessoas trans na sociedade brasileira e nesse embate a escola tem papel de destaque no reconhecimento e valorização de direitos e deveres”. (JUNQUEIRA, 2012, p. 11). É preciso criar ambientes de “respeito e convívio pacífico entre os atores que compõem as redes de ensino e socialização. Também, é necessário que as escolas “constituam espaços de escuta e sejam dotadas de diretrizes curriculares e projetos político-pedagógicos” que estabeleçam ações de enfrentamento” efetivo da transfobia e dos processos de estigmatização a que estão expostas as pessoas trans. (PERES, 2009, p. 262).

Para a construção de uma escola calcada no respeito às diferenças, seja necessário que educadoras/es estejam atentas às práticas cotidianas escolar. Louro (1997, 63) sugere que:

começamos, enquanto educadoras/es, por desconfiar de tudo o que nos é dado como natural, voltando nosso olhar para todas as práticas cotidianas em que nos envolvemos e nas quais se envolvem os/as alunos/as. Pois são “as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvo de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. Exemplo, é “natural” que meninas e meninos se separem na escola, para os trabalhos de grupo e para as filas? É “natural” a escolha de brinquedos seja diferenciadas segundo o

sexo? Que as meninas sejam “naturalmente” mais dóceis e submissas que os meninos? E que alunos e alunas que fogem ao padrões heteronormativos sejam negados e invisibilizados na escola? E a exposição de atitudes e preconceitos contra as pessoas trans sejam tratadas como naturais?

Pensar estes processos no interior da escola é relevante porque as ações educativas têm consequências na vida das pessoas. Seffner (2009, 134). Para Seffner:

a inclusão escolar da diversidade sexual destaca dimensões como a formação dos/das professores/as, a necessidade de preservar a escola como espaço público e laico e o desafio de fazer com que a chamada inclusão deixe de ser percebida como um problema e aponta: "O que queremos não é o simples acesso a educação. A diferença entre acesso e inclusão é enorme."

A autora Bohm (2009, p. 81-84) aponta algumas medidas que são fundamentais para o acesso e permanência da diversidade nos espaços escolares, onde destaca:

qualificação do corpo docente, gestores/as e demais servidores, alunos/as, no respeito às constituições identitárias das pessoas trans, a utilização do nome social na lista de chamada, em documentos institucionais, qualificação dos espaços físicos, oferecendo o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero, a livre escolha de vestimentas e adornos (para o caso das travestis), constituição de um espaço escolar regido por regras de convivência que garantam a possibilidade de exercício de uma cidadania através de relações não hostis, não desrespeitosas e não humilhantes no cotidiano da escola. Uma revisão minuciosa dos conteúdos em livros didáticos e paradidáticos se faz necessário, no sentido de eliminar conteúdos discriminatórios e informações distorcidas, promovendo a inclusão de representações positivas destas identidades nos currículos escolares, com o objetivo de possibilitar discussão acerca das diferenças.

Deste modo, a escola tem um papel importante no reconhecimento das diferenças que compõem a instituição escolar. “A escola tem o dever de não discriminar, acolhendo a todos e todas dentro um processo educativo que deverá se abrir ao reconhecimento da multiplicidade das experiências de vida no que toca ao gênero, à sexualidade ao desejo”. (MISKOLCI, 2014, p. 103). O espaço escolar é um local genuíno para aprender não só para trabalhar, mas para lidar com as diferenças, desconstruir conceitos, atitudes e reelaborar práticas no respeito ao outro.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa foi fundamental para visualizar o contexto em que se encontram as pessoas trans, suas trajetórias, obstáculos e dificuldades para a permanência na escola. A partir da análise bibliográfica, identificou-se os elementos ou mecanismos na escola, que de alguma forma influenciam na permanência e ausência das pessoas trans no espaço escolar, são eles:

1. o impedimento e recusa do nome social na lista de chamada e nos demais documentos da escola;
2. a impedimento ao uso do banheiro de acordo sua identidade de gênero e sexual;
3. a falta de formação para docentes, gestores/as e demais profissionais da escola no trato à diversidade sexual e de gênero, em particular no se refere às pessoas trans, objeto deste estudo;
4. a falta de laicidade nas falas e práticas na escola;
5. Transfobia, preconceitos e discriminação advindos do corpo discente contra as pessoas trans.

Concluimos, assim, que a escola (com suas práticas pedagógicas, seus programas, conteúdos e seu currículo) impõe ideias e modelos de um determinado grupo hegemônico e sutilmente pune as expressões de gênero e sexual na escola, induzindo a determinadas normas, comportamentos em um padrão heteronormativo.

A transfobia na escola é um problema vivido por todas as pessoas trans, e é um dos fatores que contribuem para a exclusão e abandono dos estudos, o que significa também dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e marginalização, cuja cidadania é negada.

Assim, se faz necessário, refletir sobre as relações que se dão no ambiente escolar, tendo como horizonte a construção da igualdade entre todos que compõem esse espaço. A escola precisa pensar ações que ofereçam possibilidades institucionais para que as diversidades possam aparecer, ser vivenciada e legitimada. Muitas vezes, a discriminação, o preconceito e violência contra as pessoas trans são problemas que se conhece, às vezes incomodam, mas que não são falados institucionalmente. A omissão e a invisibilidade institucional diante de tais problemas que dificultam a permanência dessas pessoas na escola e contribui para exclusão da escola.

A escola tem um importante papel para o aprendizado de respeito às diferenças, desconstruir conceitos e identificar atitudes sexista, homofóbicas/transfóbicas e racistas no cotidiano da instituição.

Conforme constatamos no estudo, é necessário o fortalecimento de propostas de educação para a promoção da igualdade de gênero, a orientação sexual e o respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Para isso é necessário o envolvimento de todos e todas fazem parte da escola, para contribuir no enfrentamento ao preconceito, à discriminação e à violência e fundamentalizar uma ação educativa capaz de debater questões referentes às relações e desigualdades de gênero e à diversidade sexual, iniciando na escola para expansão em toda a sociedade.

A escola sozinha não mudará as desigualdades, violências e discriminações contra as pessoas trans inseridas no cotidiano escolar e comumente tratadas como naturais. Porém, a escola poderá buscar apoios de órgãos, instituições e/ou organizações para o enfrentamento às violências contra esse segmento. É necessário identificar essas atitudes e torná-las visíveis na prática pedagógica. Buscar principalmente organizações que discutem acerca da diversidade sexual e de gênero, as relações raciais. Essas organizações são importantes espaços para proposições de ações na promoção de uma escola mais igualitária e justa. A escola pode ser um espaço onde os meninos e as meninas vivam a experiência de aprendizagem e discussão dessa temática e de vivência num contexto onde a igualdade de gênero e o respeito a às pessoas trans são primordiais na pedagogia escolar.

É importante que profissionais da educação (docentes, diretoras/es, administrativo e serviços) reflitam sobre a prática de atuação e de maneira crítica façam análise do material didático, conteúdos, atitudes e falas que naturalizam e reproduzem estereótipos de gênero e sexualidade, desconstruam as normas de heteronormatividade impostas na sociedade e visem a construção de uma escola promotora da igualdade de gênero e sexual.

Pode-se concluir que o cotidiano escolar é um ambiente bastante difícil para travestis e transexuais. A exclusão (re)produzida pela escola tem implicações amplas sobre a vida dessas pessoas. É necessário construir um ambiente escolar acolhedor de respeito às diferenças, combatendo à transfobia, transformando-o em um local de interação social e de desenvolvimento das aprendizagens, buscando um diálogo entre as diversidades e as diferenças.

Cabe ressaltar, sobre a questão da evasão ou exclusão de travestis e transexuais da escola, que demanda ainda mais pesquisas para levantamento de dados empíricos sobre a realidade e assim poder traçar estratégias para a promoção e garantia da inserção e permanência nos processos educacionais.

Conclui-se, que a escola apesar de se constituir como espaço reprodutivo, normativo dos valores hegemônicos e excludente, é no seu cotidiano que podem e devem emergir

medidas e ações de combate ao preconceito, a discriminação, desencadeando possibilidades de transformação na escola e promoção do respeito e valorização das pessoas trans. E mais, garantir sua permanência na escola.

E por fim, a problemática da exclusão e expulsão das pessoas trans do espaço escolar, não pode ser restrita à escola, mas de toda a sociedade. E para isso, há a necessidade de promover a capacitação e formação da comunidade escolar, nas questões de gênero, sexualidade no contexto, superando a falta de trato em lidar com a travestilidade e transexualidade e outras identidades de gênero. Também é relevante capacitar familiares e outros atores que possam empreender melhorias das condições de vida das pessoas trans.

A universidade não pode ficar fora deste debate. Cabe, portanto, às universidades públicas e privadas promoverem articulações, a fim de favorecerem a formação e capacitação de profissionais, competentes e preparados para engendrar mudanças na educação, em particular no que se refere às pessoas trans. E, assim, cabe ressaltar a relevância da continuidade e investimentos para a realização o Curso Gênero e Diversidade na Escola.

REFERÊNCIAS

_____. **“Aqui não temos gays nem lésbicas”**: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas.

Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 2012

_____. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 1, n. 01, 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.ufn.br/bagoas>>. Acesso em 21/01/2016.

_____. **Política da diferença: feminismos e transexualidades**. In: COLLING, Leandro (Org.). Stonewall 40 + o que no Brasil? – Salvador: EDUFBA. 2011. 276 p. – (Coleção CULT, n.9).

_____. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. Dissertação (Mestrado) pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

_____. **A produção das sexualidades e a homofobia: o que tem a escola a ver com isso? Recuperado na plataforma do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – UFMG/BH – Unidades I e II.**

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. & RISK, Eduardo Name. **Escola e sexualidades: uma visão crítica à normalização**. In: MISKLICI, Richard. & JÚNIOR, Jorge Leite (org.). Diferenças na educação: outros aprendizados. EdUFSCAR. São Carlos, 2014.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; DA SILVA, Laionel Vieira. **Morte e exclusão: crimes contra a mulher transexual**. Revista Gênero & Direito, n. 1, 2015. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=MORTE+E+EXCLUS%C3%83O%3A+CRIMES+CONTRA+A+MULHER+TRANSEXUAL&btnG=&lr=>. Acesso em 20/01/2016.

BARROS, Daniela Torres. **A experiência travesti na escola: entre nós e estratégias de resistências** - Recife: O autor, 2014. P. 166

BARROS, Suzana da Conceição de; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Generificação do espaço escolar: analisando narrativas das equipes pedagógicas e diretivas**. In: **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação [recurso eletrônico]** / Fabiane Ferreira da Silva, Elena Maria Billig Mello (orgs.). – Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011. 182 p.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>>. Acesso em: 20/01/2016.

BERNARDO, Marcia Hespanhol, SOUZA, Heloisa Aparecida de. **Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional**. Revista Bagoas, n. 11, 2014 - p. 157-175.

BONASSI, Bruna Camillo et al. **Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil.** *Quaderns de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 83-98, 2015. Disponível em: <<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al/1283-pdf-pt>> Acesso em 16/03/2016.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. (Org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio.** Brasília: EdUnb, 2009. p. 15-46.

BRASIL. (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil – texto constitucional de 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº. 1 a 6, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de nº 1 a 6, de 1994.** 17. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001a.

BRITO, Leandro Teófilo. **Inclusão em Educação, gênero e sexualidade: um estudo de caso.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2013.

CARDOSO, Leonel; FREITAS, Rafaela Vasconcelos. **Sexualidade e Política: A Escola e a Diversidade Sexual. Recuperado na plataforma do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – UFMG/BH – Unidades III e IV.** Disponível em: moodle.gdeufmg.com.br/mod/resource/view.php?id=343. Acesso em 03/04/2015.

CAVALEIRO, Maria Cristina. **Escola e sexualidades: alguns apontamentos para reflexões.**

DE BRITO, Juliano Matias. **Homossexualidade na escola: em uma sociedade em que o modelo ideal é ser cisne, todos somos “patinhos feios”?** XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012.

DE OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante; PORTO, Tauane Caldeira. **A transfobia e a negação de direitos sociais: a luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação.** In: Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. 2016. p. 332-336.

DE SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespagnol. **Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional.** *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 8, n. 11, 2014.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.) **Educação sexual: em busca de mudanças.** – Londrina: UEL, 2009. 208 p.

FRANCO, NEIL. **Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar, 2014.** Disponível em:

<http://www.bdtd.ufu.br/tde_arquivos/9/TDE-2014-10-23T123741Z-4537/Publico/ProfessorasTransBrasileiras.pdf>. Acesso em 03/03/2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª. Edição São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Ana Maria et al. **Violência e homofobia: um estudo sobre o preconceito e a agressão contra a população LGBT em Mato Grosso do Sul.** *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades* n. 11, 2014. p. 143-156.

IMAGEM NA CAPA – Recuperado a partir de:

<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/aluno-transgenero-podera-escolher-o-banheiro-e-o-tipo-de-uniforme-escolar.html>>. Acessado em 06/04/2015.

In FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.) **Educação sexual: em busca de mudanças.** – Londrina: UEL, 2009. 208 p.

In: LOURO, Guacira Lopes. _____. **A construção escolar da diferença. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

In; LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). _____. **Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. Homofobia e educação: um desafio ao silêncio.** Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009 b.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília – 2012. Disponível em:

<http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO_CONCEITOS_E_TERMOS_-_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649>_Acesso em 28/08/2014.

JÚNIOR, Isaias Batista de Oliveira et al. **Heterossexismo e sua tenacidade nas políticas educacionais, práticas docentes e aprendizagem.** Revista Educação, Cultura e Sociedade, v. 2, n. 2, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (organizador). **Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas /.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009 a.

LIMA, Maria L.; ALVARENGA, Eric. **O banheiro de Nayara: a escola e suas tecnologias heteronormativas.** Artíficos: Revista do Difere, v. 2, n. 4, p. 1-13, 2012. Disponível em:<<http://artificios.ufpa.br/Artigos/D%20Silva%20e%20Alvarenga.pdf>>. Acesso em 19/03/2016.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. (Org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio.** Brasília: Editora UnB, 2009.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Escola, currículo e homofobia: biografando experiências. Teoria e Prática da Educação,** v. 17, n. 2, p. 105-118, 2014. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=ESCOLA%2C+CURR%C3%8DCULO+E+HOMOFOBIA%3A+BIOGRAFANDO+EXPERI%C3%8ANCIAS&btnG=&lr=lang_pt>. Acesso em 04/02/2016

LOURO, Guacira Lopes (Org.) et al. **O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade.** 2ª Edição – Autêntica Belo Horizonte – 2000.

MACHADO, Frederico Viana. **Estado, Movimentos Sociais e Direitos Humanos. DISCIPLINA I Igualdade e Diferença.** Disponibilizado na plataforma do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – UFMG/BH – Unidades I

Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto (Orgs). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça / GPP-GeR – Módulo 1. Unidade 1.** Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2010.

MELLO, Luiz e et al. **A escola e @s filh@s de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugabilidade e parentalidade no Brasil.** In: **In: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas /.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009 a

MELLO, Luiz et al. **Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil.** Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 6, n. 07, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além di capital.** Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MISKOLCI, Richard (org.). **Marcas da diferença no ensino escolar.** São Carlos: EDUFSCAR, 2010, pp. 220.

NEVES, André Luiz Machado das et al. **Representações sociais de professores sobre diversidade sexual em uma escola paraense.** *Psicol. Esc. Educ.* [online]. 2015, vol.19, n.2, pp. 261-270. ISSN 2175-3539. <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0192831>>. Acesso em 03/02/2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias B. de. **LGBTQIAFOBIA: (des) contextualizando a (in)diferença no contexto escolar.** Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho/ UNESP-FCT – 2015. Disponível em <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/605.pdf>>. Acesso em 03/02/2016

OLTRAMARI, L. C. (2010). **Política e sexualidade: notas sobre o combate ao preconceito contra os homossexuais.** *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 608-611.

PERES, Wiliam Siqueira. **Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira - In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (organizador). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas /.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

PRADO, Marcos Aurélio Máximo; MARTINS, Daniel Arruda; ROCHA, Leonardo Tolentino Lima. **O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional.** *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 04, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2304/1737>. Acesso em 21/02/2016.

PUGLIA, Joana do Prado. **Projeto de Pesquisa. Efeitos da Heteronormatividade Na Escola**, 14. Disponível em <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/joana_puglia.pdf#page=14>. Acesso em 01/02/2016.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira.** 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/98604/000922589.pdf?sequence=1>>
Acesso em 03/03/2016.

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. **Assistente social, para quê e para quem? Uma análise acerca do atendimento as populações LGBT no âmbito dos CREAS, do município de João Pessoa-PB.** 2014. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19714/1/JessykaKalineAugustoRibeiro_DISSERT.pdf>. Acesso em 22/08/2015.

RIOS, Roger Raupp. **Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação.** - In: In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (organizador). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas /.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SABATINE, Thiago Teixeira (Org). **Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - DOCUMENTO ORIENTADOR nº 15 - Tratamento nominal de discentes travestis e transexuais.** 2014 – São Paulo. Disponível em:

<<http://denorte2.educacao.sp.gov.br/Paginas/DOCUMENTO%20ORIENTADOR%20CGEB.pdf>>. Acesso em 04 Fev. 2015.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **Corpo e identidade das pessoas transexuais. Seminário internacional enlaçando sexualidades Direito, Relações Etnorraciais, Educação, Trabalho, Reprodução, Diversidade Sexual, Comunicação e Cultura.** Salvador, 2011.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Para se pensar sobre a experiência sexual na escola: algumas cenas.** Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 6, n. 07, 2012.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2015, vol.45, n.157, pp. 630-651. ISSN 1980-5314. <<http://dx.doi.org/10.1590/198053142970>>. Acesso em 03/02/2015.

SEFFNER, Fernando. **Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar** - In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (organizador). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas /.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

Sérgio Carrara et al (orgs). Livro de conteúdo. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Módulo II: Gênero - Unidade III - Texto III.** Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

SILVA, Kênia Adriana. **Glossário da Disciplina "Igualdade e Diferença"** do Curso de Gênero e Diversidade na Escola da UFMG. UFMG, 2014

SILVA, Simonise José da, ARAÚJO, Verônica Danieli de Lima. **Um olhar das relações de gênero no contexto escolar.** Disponível em:
<http://www.epepe.com.br/EPEPE2010_III/comunicacoes_orais/eixo_1/um_olhar_das_relacoes.pdf>. Acesso 23/3/2015.

TORRES, Daniela Barros; VIEIRA, Luciana Fontes. **As Travestis na escola: entre nós e estratégias de resistência.** Quaderns de Psicologia - 2015, Vol. 17, nº. 3, 45-58. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/quapsi/quapsi_a2015v17n3/quapsi_a2015v17n3p45.pdf> Acesso em 03/02/2016.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões de coloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** - 2016. 244 f. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-R&q=cisgeneridade&btnG=&lr=lang_pt>. Acesso em 10/06/2016.